



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA HISTÓRIA**

**LUCAS CARLOS MARTINIANO DE ALMEIDA**

**AO NORTE DO IMPÉRIO: ECONOMIA, ABASTECIMENTO E A SECA NA  
PROVÍNCIA DA PARAÍBA (1860-1880)**

**GUARABIRA  
2021**

LUCAS CARLOS MARTINIANO DE ALMEIDA

AO NORTE DO IMPÉRIO: ECONOMIA, ABASTECIMENTO E A SECA NA  
PROVÍNCIA DA PARAÍBA (1860-1880)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, Guarabira, em cumprimento as exigências para obtenção parcial do título de Graduação em História

**Área de concentração:** História.

**Orientador:** Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino.

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A447a Almeida, Lucas Carlos Martiniano de.  
Ao norte do império [manuscrito] : economia, abastecimento e a seca na província da Paraíba (1860-1880) / Lucas Carlos Martiniano de Almeida. - 2021.  
69 p. : il. colorido.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2021.  
"Orientação : Prof. Dr. Cristiano Luis Christillino ,  
Coordenação do Curso de História - CH."

1. Abastecimento. 2. Economia. 3. Seca. 4. Paraíba. I.  
Título

21. ed. CDD 628.1

**LUCAS CARLOS MARTINIANO DE ALMEIDA**

**AO NORTE DO IMPÉRIO: ECONOMIA, ABASTECIMENTO E A SECA NA PROVÍNCIA  
DA PARAÍBA (1860-1880)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, Guarabira, em cumprimento as exigências para obtenção parcial do título de Graduação em História.

Área de concentração: História.

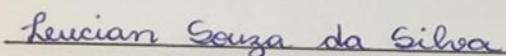
Aprovada em: 30/ 09/2021.

**BANCA EXAMINADORA**



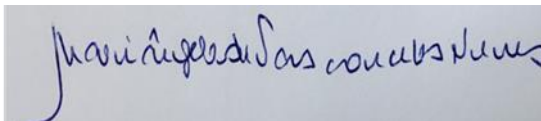
---

Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof. Dr. Lucian Souza da<sup>N</sup>Silva  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mariângela de Vasconcelos Nunes  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus amigos, família e em especial em memória de minha mãe, que me acompanharam nesta jornada com companheirismo e amizade,  
**DEDICO**

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a minha santa e malcriada persistência, que mesmo diante de tantos desafios e motivos para ser derrubado me manteve de pé e com fé.

Às forças divinas que me regiram nos momentos de decisões e escolhas, que corresponderam aos meus questionamentos com as respostas mais positivas possíveis.

À minha mãe (Antonia Martiniano, *in memoriam*), que mesmo neste momento não se encontrando mais entre nós e diante de tantas dificuldades que juntos enfrentamos, nunca me abandonou e sempre me motivou a nunca desistir da educação.

À minha irmã (Danielly Martiniano), que me acompanhou neste processo e foi complacente durante todos os dias em nosso lar, cuidando e dividindo os deveres e cuidados de nossa mãe, que me permitiram momentos para me desenvolver nos estudos, pesquisas e da escrita desse trabalho.

Ao meu orientador (Cristiano Luís), pelas indicações bibliográficas e por suas aulas que me levaram a paixão pelo século XIX, a oportunidade pela iniciação científica que me estigou ainda mais a pesquisar sobre o Brasil oitocentista, as pertinentes orientações e do sempre incentivo ao meu potencial como pesquisador.

Ao meu amigo (Cristiano Luís), que foi um pai acadêmico ao tempo que estive nesta universidade, na qual além de se ocupar em seu papel como guia e professor, demonstrou-se como um grande amigo e que em sua grande empatia com seus orientandos e alunos, mostrou o lado mais belo deste ofício, presente em seus conselhos e prosas trocadas ao longo de minha formação.

À minha companheira (Erica Monale), por estar ao meu lado nos momentos mais difíceis, mesmo antes de adentrar nesta graduação. Pelo seu companheirismo e conselhos, das nossas noites de sábado onde ouvíamos nossas músicas e dançávamos para desopilar as turbulências que nos encontrávamos. E por sempre me incentivar a nunca desistir dos meus sonhos.

À minha professora do ensino fundamental (Marcia Gerlane) que, onde esteja, foi responsável por despertar em mim a paixão pela História.

À minha amiga e professora (Lívia Serafim), pela oportunidade dada ainda no início de minha formação, na qual tivemos em comum o gosto pela literatura de quadrinhos e que juntos desenvolvemos trabalhos. E pelos nossos sonhos políticos de um mundo mais justo, que foi entre prosas e vários cafés o nosso alento.

À minha professora (Mariangela de Vasconcelos Nunes), pela oportunidade da iniciação

científica, onde trabalhamos juntos e desenvolvemos uma bela pesquisa sobre a educação na Paraíba. Ao carinho e singeleza que teve comigo durante nossos encontros e conversas.

Ao meu amigo (Cláudio Ribeiro), que além de colega de turma, foi um pai e companheiro nos momentos mais tenebrosos que me encontrei. Pelos cafés e jantas em seu Pedoca e Dona Lúcia, que me salvaram em dias que eu não me encontrava com nenhum centavo, saciando minha fome e sede. Pelos seus conselhos e ensinamentos, pela sua empatia e do seu coração grandioso que depositou sua fé no meu potencial e na nossa amizade.

Ao grande amigo (Nathan Victor), que foi um irmão que esteve presente nos momentos mais inóspitos da graduação, pelas conversas inteligentes, pela camaradagem e presença de sua amizade, pela recepção em sua casa e dos dias em que espairarmos juntos sobre a vida.

Ao meu amigo (Julio Cesar), pelos conselhos e ensinamentos através de suas experiências, pelos poucos momentos que compartilhamos, mas que foram essenciais para minha desinência como professor e pessoa.

A Lucian Souza, que se demonstrou um grande amigo através de seus conselhos e orientações durante nossas prosas trocadas, seja a distância ou entre nossas brejas tomadas, pela sua energia que nos incentiva e instiga como pesquisador e pessoa.

Aos colegas de turmas que são parte desta jornada, Júlio Franciel, Nicaria Costa, Ana Roberta, Iane Vitória, Priscila Soares, Hudielly Pontes, Rose Cruz, Paulinho, Jonathan Ribeiro, Geovane Lima, Vanessa Araújo, Erica Jerônimo, Camila, Adriana, Jonathan Kleber, Amanda Bezerra, Rawane Cândido e a outros que por conta de motivos maiores não puderam estar presente ao fim deste ciclo.

Aos professores do Departamento de História desta universidade: Elisa Mariana, Manuela Aguiar, Joedna Réis, Carlos Adriano, Susel Oliveira, Alômia Abrantes, a Waldeci Ferreira Chagas e a professora do departamento de pedagogia e atual Vice-reitora, Ivonildes Fonseca, a Cristiano Luís Chrstillino, Mariangela Nunes, João Bueno, que através das excelentes aulas, contribuíram para a minha formação.

A todos aqueles que nestas linhas não couberam, mas que de alguma forma foram importantes para a finalização deste ciclo, agradeço.

*Sapere Aude*  
(*Ouse Saber*)

“Presentemente, eu posso me considerar um  
sujeito de sorte  
Porque, apesar de muito moço, me sinto são e  
salvo e forte  
E tenho comigo pensado: Deus é brasileiro e  
anda do meu lado  
E assim já não posso sofrer no ano passado  
Tenho sangrado demais, tenho chorado pra  
cachorro  
Ano passado eu morri, mas esse ano eu não  
morro”.

(BELCHIOR).



## RESUMO

Neste trabalho, buscamos analisar o mercado interno voltado ao abastecimento da província paraibana em frente ao cenário regional e nacional durante a segunda metade do século XIX. Salientamos a necessidade de trabalhos como esse, que busquem discutir a formação econômica diante dos processos históricos desenvolvidos pelas interações nos campos políticos e sociais. O presente trabalho, em um primeiro momento, buscou debater o panorama e a formação econômica no início do século XIX, enfatizando a importância dessa problemática para o entendimento do locus principal da pesquisa. Debruçamos-nos na construção de um discurso histórico de redução do macro para o micro, possibilitando compreender a conjuntura e formação dos espaços econômicos do mundo e da sociedade brasileira. Tomamos como fonte primárias os relatórios dos presidentes de províncias da Paraíba e de Pernambuco; jornais paraibanos e leis provinciais que forneceram dados e informações que nos resultou na elaboração de tabelas, quadros, gráficos e a construção do presente discurso histórico. Por fim, debatemos a necessidade de observar as variações nos quadros de produções desenvolvidas por essas distantes sociedades, que estavam abastardas no cenário da economia nacional, mas que desenvolvia-se com suas próprias interações e tensões, refletindo-se no contexto nacional. O trabalho buscou, ainda, analisar como secas e epidemias poderiam ter afetado o desenvolvimento da Província da Paraíba no século XIX. Por fim, destacamos a discussão das secas neste trabalho e de como seus efeitos acometeram as relações do campo político-econômico nesta província.

**Palavras-Chave:** Abastecimento. Economia. Seca. Paraíba.

## ABSTRACT

In this work we seek to analyze the internal market aimed at supplying the Paraíba province, in front of the regional and national scenario during the second half of the 19th century. We emphasize the need for works like this, which aim to discuss advanced training to the historical processes developed by interactions in the political and social fields. The present work, at first, sought to debate the panorama and economic formation in the beginning of the 19th century, we emphasize the importance of this issue for the understanding of the main locus of research, through which we focus on the construction of a historical discourse of macro reduction for the micro, making it possible to understand the situation and formation of economic spaces in the world and in Brazilian society. We took as primary sources the Reports of the Presidents of the Provinces of Paraíba and Pernambuco, newspapers from Paraíba, Provincial Laws and others, which provided data and information that resulted in the preparation of tables, charts, graphs and the construction of this historical discourse. Finally, we debate the need to observe the variations in the production frameworks developed by these distant societies, which were insufficient in the national economy scenario, but which, however, developed with their own interactions and tensions, reflecting in the national context. The work also sought from phenomena such as droughts and epidemics that may have affected the development of the Province of Paraíba in the nineteenth century, thus, we highlight the discussion of droughts in this work and how their effects affected the relations of the political economic field in this province.

**Keywords:** Supply. Economy. Dry. Paraíba.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da região flagelada pela seca (1877).....	53
---	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Exportações 1821-1900.....	32
Tabela 2 – Ciclos de secas na Paraíba.....	48
Tabela 3 – Importações e exportações (1875-1879).....	57

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – <b>Exportações para outras províncias (1866-1867)</b> .....	37
Quadro 2 – <b>Demonstrativo do tráfego de mercadorias de Pernambuco (1888)</b> .....	39
Quadro 3 – <b>Produção agropecuária por municípios (1863)</b> .....	43
Quadro 4 – <b>Produção e preço do algodão e açúcar. (1875-1879)</b> .....	57
Quadro 5 – <b>Demonstrativo da população escrava em 1872 e 1880</b> .....	60

## LISTA DE SÍMBOLOS

R	Réis
%	Porcentagem

## LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Arrecadação (1875-1879) .....	59
---	----

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2</b>	<b>APONTAMENTOS ECONÔMICOS SOBRE O SÉCULO XIX: FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>20</b>
2.1	Entre a Industrialização e a Plantation.....	20
2.2	Economia dependente e o Antigo Regime.....	27
2.3	O mercado cafeeiro brasileiro.....	30
<b>3</b>	<b>UM CONTRAPONTO DO NORTE E O CAFÉ: PERNAMBUCO E PARAÍBA, E O ABASTECIMENTO INTERNO.....</b>	<b>36</b>
3.1	Café e abastecimento em Pernambuco.....	36
3.2	O café no mercado interno da Paraíba e o abastecimento.....	42
<b>4</b>	<b>ENTRE SECAS E LAVOURAS: A ECONOMIA DO GRANDE FLAGELO DE 1877-79 NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA.....</b>	<b>49</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>63</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>66</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O século XIX foi marcado por inúmeros fenômenos no campo político e econômico, que impactaram as relações e redes de sociabilidades empregadas pelos agentes que viveram tais fenômenos. À vista disso, buscamos tratar brevemente das relações econômicas desenvolvidas nos anos de 1800 e perceber como se deu o processo de formação da economia brasileira diante ao mercado mundial e, nesse cenário, observar a produção destinada as exportações e discorrer, a partir de produções, sobre a atividade cafeeira e o seu espaço no mercado mundial.

O Brasil, durante sua formação, perpassou por alguns ciclos econômicos que estavam abarcados pela marcha em curso da economia mundial: num primeiro momento ligada à colonização cujo impacto afetou diretamente as relações desenvolvidas pela classe mercante brasileira, perdurando mesmo após sua independência. O país estava sob o processo industrializador que vigorava na Europa, condicionando-o e outros países latinos a restringir quais produções seriam desenvolvidas em suas economias e, por conseguinte, o papel de atender às necessidades dos mercados metropolitanos. Segundo Maria Yedda Linhares<sup>1</sup>, durante o período colonial já ocorriam pequenos canais de abastecimentos que levavam gêneros para serem consumidos nos centros urbanos; esse meio produtivo corresponderia ao surgimento salubre de atividades voltadas ao abastecimento que sobrevivia *a priori* entre as práticas da economia de monocultura exercida pelo monopólio colonial. Segundo a autora, tais práticas estavam presentes no século XIX como resultado da disparidade capitalista.

Após o Brasil tomar o espaço de maior produtor de café no globo, sua estrutura econômica se desenvolveu perante o mercado mundial. Nesse sentido, ao se compreender que o mercado cafeeiro não era tão centralizado, pois existiam outras produções em províncias mais afastadas do centro econômico brasileiro, percebe-se que o mercado interno era muito mais dinâmico e amplo, que os comerciantes e mercadores não estavam apenas voltados a produzir para as grandes exportações: a província pernambucana era uma das grandes consumidoras de produtos de primeiras necessidades como a farinha, milho, feijão e o café. Foi papel dessa província servir como abastecimento local e externo para as províncias vizinhas.

O Império do Brasil ao longo do século XIX enfrentou algumas dificuldades de caráter climático e sanitário que impactaram diretamente a economia brasileira: a seca de 1877-79,

---

<sup>1</sup> LINHARES, Maria Yedda. **História do Abastecimento**: uma problemática em questão (1530-1918). Brasília: Binagri, 1979. p. 29.

agravada com a deflação internacional, gerou um surto nas províncias do norte que foram atingidas drasticamente. Esse pânico formou no Norte uma economia subsidiada pelo crédito destinado pelo Império para o cultivo de lavouras e da produção de gêneros de primeiras necessidades que atuassem no abastecimento da província e de suas circunvizinhanças provinciais. Segundo Durval Muniz<sup>2</sup>, a seca de 1877-79, afetada pela crise mundial que atingiu as produções açucareiras e algodoeiras, mudou a forma como eram vistas essas secas pelas elites regionais: incapacitou e delimitou suas produções em um recinto inferior das dimensões que suas propriedades alcançavam. A crise supracitada estava entrelaçada a uma crise conjuntural pelos efeitos escassos de capitais no Norte que dificultavam o desenvolvimento ora agropecuário, ora industrial.

A província da Paraíba foi afetada pelos efeitos dessa conjuntura que logo mudaria as relações desta sociedade. Esta província, cuja produção era voltada para o mercado interno, deparou-se com o flagelo não só da sua população, mas de sua economia sendo abastada pelo efeito conjunturais do globo. O brejo, de onde era proveniente suas lavouras voltadas a alimentação da província e de produtos destinados ao comércio local, sofreu perdas imagináveis que dificultaram a subsistência alimentar da população, estando presente no desfalque dos quadros de exportações e no déficit da arrecadação, já que a tributação neste período passou por uma amortização involuntária para garantir o máximo possível de harmonia entre o público e o privado.

A Província da Paraíba demonstra que suas atividades agropecuárias foram essenciais para a continuidade de sua economia que, de tempos e tempos, deparava-se com crises acometidas por outras esferas: econômicas, sociais, sanitárias e climáticas. Deste modo, discussões feitas por sujeitos da época que se preocupavam em desenvolver o conhecimento agropecuário e a tecnologias eram recorrentes: tais discursos eram prelúdios de debates a serem revistos em outros campos, precisamente no político, que possibilitassem meios e modos para que essa e outras províncias do norte conseguissem amenizar esses efeitos sobre suas produções agropecuária e garantir o desenvolvimento ou conservação de suas economias.

Com base nos estudos da História Econômica e da metodologia fornecida pela Micro História Italiana, adotamos para o estudo uma redução do macro para o micro, cuja pesquisa nos permitiu problematizar o cenário global no qual se encontrava o nosso objeto de estudo e, a partir dele, compreender o tecido social da sociedade oitocentista. Para isso, fizemos uma seleção quantitativa de fontes, e após um levantamento qualitativo elaboramos demonstrativos

---

<sup>2</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **Falas de Astúcia e de Angústia**: A seca no Imaginário Nordestino (1877-1922). Dissertação de Mestrado, Campinas, UNICAMP, 1988. p. 25-28

comparativos.

A História Econômica surge como ciência no campo da História na *Escola dos Annales*; estudos que foram desenvolvidos por F. Braudel e Labrousse e forneceram caminhos para se pensar uma História Econômica como problema e seus diálogos com o social e o político. Tem-se como interesse no trabalho perceber as mudanças ou permanências das estruturas econômicas através do tempo, observando os conjuntos de relações inseridas no campo social por meio dos agentes históricos. Ademais, optou-se por analisar em um movimento nos níveis entre macro e micro, considerando as instituições políticas e econômicas e o desenvolvimento dessas sociedades ao longo do tempo.

Fernand Braudel, após estudar a região das Marche no Mediterrâneo, expõe a importância de repensar o estudo da região, tratando o foco sob um recorte regional não apenas para um olhar sobre o entendimento da questão nacional e do mundo, mas de uma amostra na qual se buscava compreender problemas sobre o local, diagnosticando fenômenos isolados ou consequentes do âmbito nacional e mundial. Dessa maneira, os métodos fornecidos pela Micro História Italiana nos permitem tratar por meio da redução na escala das fontes no que cerne ao objeto deste trabalho, possibilitando sua construção. Entre os autores presentes ao longo do corpo deste trabalho e que contribuem com perspectivas, destacamos: Hobsbawm, João Fragoso, Maria Yedda Linhares, Evaldo Cabral de Mello e Rafael Marquese. Seus trabalhos ajudam a pensar as relações entre o macro e o micro, somando-os aos estudos da historiografia local desenvolvidos por Horácio de Almeida e José Américo de Almeida.

## 2 APONTAMENTOS ECONÔMICOS SOBRE O SÉCULO XIX: FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Neste capítulo procuramos fazer um breve apanhado sobre o cenário econômico do século XIX, destacando num primeiro momento as interações das sociedades, características e desenvolvimento econômico ao longo daqueles anos. No segundo momento do capítulo, serão debatidas as relações comerciais desenvolvidas pelo Império do Brasil com o mundo atlântico. Por fim, o capítulo discutirá o mercado cafeeiro brasileiro, sua formação e seu espaço no quadro econômico no Império. Hobsbawm (1988) expõe sobre o século citado:

O que definia o século XIX era a mudança: mudanças em termos de e em função dos objetivos das regiões dinâmicas do litoral do Atlântico Norte, que eram, à época, o núcleo do capitalismo mundial. Com algumas exceções marginais e cada vez menos importantes, todos os países, mesmo os até então mais isolados, estavam, ao menos periféricamente, presos pelos tentáculos dessa transformação mundial. Por outro lado, até os mais "avançados" dos países "desenvolvidos" mudaram parcialmente através da adaptação da herança de um passado antigo e "atrasado", e continham camadas e parcelas da sociedade resistentes à transformação. Os historiadores quebram a cabeça procurando a melhor maneira de formular e apresentar essa mudança universal, porém diferente em cada lugar, a complexidade de seus padrões e interações e suas principais tendências.<sup>3</sup>

Partindo do que Hobsbawm apresenta, procuramos tratar sobre essas mudanças universais que atingiram e dialogavam com a realidade brasileira, impulsionada a acompanhar os movimentos e tensões desenvolvidas pelas relações da economia mundial.

### 2.1 Entre a Industrialização e a *Plantation*

O entreposto comercial desenvolvido no atlântico entre as Américas e a Europa ocidental, a princípio entre as metrópoles e suas colônias promovidas pelas nobrezas e elites mercantes, é um fator auxiliar na compreensão da dinâmica econômica no século XIX. De acordo com Flamarion e Brignoli<sup>4</sup>, essas elites se desenvolveram nas cidades portuárias; não através de artefatos importantes ou de produções manufaturadas já capitalizadas, mas sim a partir de um parasitismo colonial no qual os principais mecanismos foram a expansão ultramarina e as atividades extrativistas.

As formas de desenvolvimento, produção e de suas acumulações estabelecidas no século

<sup>3</sup> HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**, RIO DE JANEIRO: Paz e Terra, 1988, p. 29.

<sup>4</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **História econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 27.

XIX, surgem ainda precocemente nos finais do século XVIII, a partir de um aceleração acumulativo dessas redes mercantis, garantido através da produção escravista. “Por volta de 1770, os produtos escravistas dominavam o comércio no Atlântico e havia criado grandes fortunas em Bordeaux, Liverpool, Londres, Nova York, Boston e Nantes”.<sup>5</sup>

A economia europeia passava por transformações dos meios produtivos garantidos pela acumulação desenvolvida pelo processo de colonização. Um mercado industrial mecanizado insurgia; com isso mudanças na modalidade de troca e consumo ocorreram e “o mundo inteiro tornou-se parte desta economia. Esta criação de um único mundo expandido é talvez a mais importante manifestação do século XIX”.<sup>6</sup> Foi neste processo que as civilizações pelo globo tiveram uma aproximação maior, caracterizado pelas atividades de trocas cada vez mais intensas.

Os mecanismos tomados pela industrialização ao longo do século XIX se deu por uma dinâmica econômica e política cuja aplicação não foi unânime para nenhum país na Europa e nas Américas. Através de evoluções nas locomoções e comunicação<sup>7</sup>, a Europa se expandia e cada vez mais firmava seus tentáculos no globo.

Tom Kemp<sup>8</sup> aponta que as mudanças dos meios tradicionais de produção para o industrializado moderno ocorreram a partir de uma brusca alteração nas relações agrárias, antes produzidas pelo campesinato para sua subsistência, mas que em um segundo momento passou a ser mais comercializada, aumentando a demanda dessas produções agrícolas. Segundo o autor, alguns países europeus optaram por meios mais drásticos e outros mais pacíficos: a França no século XIX, por exemplo, detinha de uma economia ainda dominada pelo setor agrário; o setor industrial não tinha outra solução a não ser adaptar-se diante a um campesinato predominante e de uma classe média participativa que, após a revolução, seu crescimento excedente do poder de compra garantiu o espaço na economia geral do país. Ainda segundo Tom Kemp sobre a França:

A subida dos rendimentos obtidos no estrangeiro, que em parte era resultado da Revolução Industrial em Inglaterra, podia, portanto, torna-se a base necessária para o crescimento Industrial. Ao mesmo tempo, outros manufatureiros adaptaram-se à procura de produtos baratos por parte dos consumidores de baixo recursos,

---

<sup>5</sup> BLACKBURN, Robin. Por que segunda escravidão?. In: MARQUESE, Rafael.; SALLES, Ricardo (ORG). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**: Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 14.

<sup>6</sup> HOBBSAWM, Eric. **A Era do capital (1848-1975)**, RIO DE JANEIRO: Paz e Terra, 1979, p. 42.

<sup>7</sup> “A maquinaria moderna era predominantemente movida a vapor e feita de ferro e de aço. O carvão se tornara a fonte de energia industrial mais importante, fornecendo 95% do total da Europa (fora a Rússia)”. HOBBSAWM, 1998, p. 30.

<sup>8</sup> KEMP, Tom. **A revolução Industrial na Europa do século XIX**. Lisboa: Edições 70, 1985. p. 77.

camponeses e trabalhadores das cidades. Mas muita da produção Industrial continuou a consistir na transformação de matérias-primas e produtos agrícolas locais por trabalhadores manuais das aldeias e artesões das pequenas cidades para um mercado predominantemente local.<sup>9</sup>

As Américas viviam uma carência industrial, mas detinham de uma abundância agrícola; já a economia europeia, devido ao avanço da industrialização em alguns países e, por consequência o aumento do êxodo rural, viu suas atividades agrícolas se tornarem cada vez mais ausentes. Nesse sentido, podemos afirmar que a Europa mesmo sendo o centro econômico do globo, naquele momento, vivia uma dependência de produtos agrícolas daqueles que eram produzidos no seu mercado interno e dos que recebiam das Américas em seus portos, como farinha, milho, feijão, tabaco, algodão, madeiras, couros e outros produtos que serviam de insumos para o mercado europeu.

A Grã-Bretanha foi um desses dependentes de matéria-prima e de insumos, acarretado pelo sacrifício do setor agrícola local; contudo, o que garantiu o espaço dos britânicos ao longo das décadas do século XIX foi sua acumulação exercida a partir da colonização, que garantiu seu espaço industrial no mercado global e posteriormente como um grande credor que influenciou o mercado latino. Desta forma,

Desde as primeiras décadas do século XIX, a Grã-Bretanha já ocupava lugar preeminente no comércio internacional, pois fora protagonista da Revolução Industrial, que provocará grandes mudanças nas relações econômicas mundiais. Esse país estava interessado em vender seus produtos manufaturados para os mercados latino-americanos, mantendo controle sobre eles. Era notável a diferença entre o poder econômico britânico e a fragilidade financeira das recentes nações latino-americanas<sup>10</sup> [...] na segunda metade do século XIX, a Grã-Bretanha ocupou lugar preponderante no mundo dos negócios latino-americanos. Investiu de forma crescente na América Latina, [...] investimentos tomavam a forma de empréstimos aos governos e instalando um capital financeiro com sua presença: foram os capitais britânicos os dominantes na construção de estradas de ferro, na modernização dos portos e na implantação de serviços como eletricidade, gás e telégrafo. O capital latino foi disputado com franceses, alemães e norte-americanos.<sup>11</sup>

Os ingleses desenvolveram novas modalidades de troca e, a partir da capitalização, algumas atividades deixaram de ser apenas produzidas para a subsistência e começaria a ter um caráter comercial. Os setores agrários foram os mais afetados já que ninguém plantava apenas para se alimentar; as produções de lavouras aumentariam e isso contribuiria para a formação de mercados internos em outros países.

---

<sup>9</sup> KEMP, 1985, p. 79.

<sup>10</sup> PRADO, Maria Lígia.; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. SP: Contexto, 2014, p. 73.

<sup>11</sup> Ibid., p. 74.

[...] a primitiva economia industrial britânica dependia, para sua expansão, principalmente do comércio internacional. Era forçoso que isso ocorresse, pois, com exceção do carvão, seus suprimentos internos de matérias-primas não eram muito grandes, e algumas indústrias de importância crucial dependiam inteiramente de importações. Além disso, a partir de meados do séc. XIX o país não pôde mais alimentar-se com sua própria produção agrícola.<sup>12</sup>

Os britânicos, após investirem em massa na indústria a vapor e mecânica, precisaram garantir uma rotatividade de troca e compra com o mercado internacional, assegurando assim um poder de compra no mercado mundial, logo excedendo o valor dos seus produtos como o próprio minério de carvão que se tornou o principal combustível para que outros impérios e nações pudessem se industrializar.

A Grã-Bretanha era, de longe, o maior exportador de produtos industrializados, e no decorrer do século sua economia se orientou cada vez mais para a exportação provavelmente mais que nunca nos anos 1870 e 1880 — muito mais que seus principais rivais, embora não mais que algumas economias avançadas muito menores, como a Bélgica, a Suíça, a Dinamarca e a Holanda. A Grã-Bretanha era, de longe, o maior exportador de capital, de serviços financeiros e comerciais "invisíveis" e de serviços de transporte.<sup>13</sup>

A influência britânica transformou o modo comercial latino a partir da introdução do vapor em transportes e em embarcações, tornando mais ágil o tráfico pelo transatlântico. Ademais, a presença de tecnologias, como a de refrigeração, possibilitou viagens de produtos perecíveis como as carnes vindas da América do Sul, mais precisamente do Brasil.<sup>14</sup> De acordo com Maria L. Prado e Gabriela Pellegrino, “a partir da segunda metade do século XIX, a América Latina foi dada um único papel, posta em uma condição subalterna nas correntes do mercado internacional, servindo apenas para produzir produtos primários voltados para o insumo dos grandes países industriais”.<sup>15</sup>

De acordo com as condições naturais e climáticas, as escolhas foram sendo feitas, cada país dedicando-se quase exclusivamente a um produto agrário. Em clima tropical, produziu-se café, cana-de-açúcar e frutas (como bananas). Em clima temperado, cereais como trigo e o milho. A tradicional criação de gado e de ovelhas teve um notável crescimento<sup>16</sup>.

Não se pode falar em produção industrial significativa na América Latina no século

---

<sup>12</sup> HOBBSAWM, Eric. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. RIO DE JANEIRO: Forense, 5ª ed., 2000, p. 125.

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 41.

<sup>14</sup> PRADO; PELLEGRINO, 2014, p. 74.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 74.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p. 75.

XIX<sup>17</sup>. A evolução da agricultura tropical se desenvolveu como monocultura: as práticas e técnicas agrônômicas realmente significativas de cultivo constituíam um fenômeno recente, vinculado à expansão das *plantations*<sup>18</sup>, alguns de modo mais precoce, como o Brasil que no século XVIII já desenvolvia uma produção agrícola de caráter comercial conforme exposto no trecho abaixo:

[...] a formação de uma economia mundial, implicando na divisão internacional do trabalho, permitiu que a economia da região desempenhasse um importante papel como fonte supridora de produtos primários, o que resultou para ela num período de desenvolvimento e transformação; a especialização da produção elevou a produtividade e a renda, conduzindo à formação de um mercado interno e conseqüentemente à instalação de uma indústria de bens de consumo - isto aconteceu de forma cabal na Argentina, também no Brasil, enquanto a industrialização mexicana aproximou-se mais do modelo clássico, apoiando-se numa experiência artesanal. Não houve, contudo, possibilidade de formação de um sistema industrial, através de uma crescente diversificação, pôsto que aquela indústria de bens de consumo carecia de poder germinativo: "o crescimento da produção industrial assume (então) essencialmente a forma de adição de novas unidades de produção, similares às preexistentes, mediante a importação de equipamentos."<sup>19</sup>

Todavia, existiam alguns elementos que não foram favoráveis para o desenvolver latino: a acumulação de capitais, e no início as boas reservas de carvão mineral que possibilitassem o baixo custo na produção da energia a vapor. Um último fator, mas não menos importante, foi a persistência da elite agrária e mercante com a mão de obra escrava.

Ao que aponta Robin Blackburn<sup>20</sup>, foram presentes dois processos de escravidão nas Américas e África: o primeiro de caráter colonial, elaborado pelos países colonizadores como Espanha, Portugal, Países Baixos, Grã-Bretanha e França, mas que sofreram os abalos das resistências e movimentos abolicionistas. Alguns impérios foram derrotados, mas a escravidão ainda persistiu. A segunda foi desenvolvida a partir da industrialização e do advento da modernidade, mostrando que essas transformações não representaram automaticamente o fim da escravidão, mas que ao invés disso a intensificaram e difundiram, resultando em uma nova escravidão reformulada e reorganizada pelas Américas.<sup>21</sup>

Essa segunda escravidão teria surgido a partir de uma reconfiguração do trabalho escravo, sendo consolidado no comércio-marítimo e financeiro exercido pela Grã-Bretanha,

---

<sup>17</sup> PRADO; PELLEGRINO, 2014, p. 76.

<sup>18</sup> CARDOSO; BRIGNOLI. 1983, p. 61.

<sup>19</sup> FURTADO, Celso. **Formação Econômica Da América Latina**. RIO DE JANEIRO: Lia Editora, 1969, p. 161.

<sup>20</sup> BLACKBURN, 2016, p. 12.

<sup>21</sup> Ibid., p. 13.



que gerou um aumento na demanda de produtos agrícolas da classe trabalhadora europeia.<sup>22</sup> Com a escassez da produção agropecuária na Europa, após a dissolução feudal, o campesinato aos poucos se extinguiu; logo, teria sido intencionada a produção escravista na América. Dessa maneira, garantiria o abastecimento com gêneros de primeiras necessidades no mercado europeu através da mão de obra escrava, que se tornou fundamental para que isso pudesse, de certo modo, acontecer.

Segundo Blackburn, “A força de trabalho da *plantation* era valorizada como uma commodity”<sup>23</sup>. O trabalho escravo foi usado para o desenvolvimento econômico das grandes potências; mesmo naquelas que já tinham abolido a escravidão, a prática de negociação se mantinha e muitas vezes havia uma excessiva dependência de matérias-primas que eram produzidas pelo trabalho escravo, como o próprio algodão que alimentou por muito tempo o setor têxtil da Inglaterra já liberta, mas que vinha de lavouras escravagistas das Américas: em um primeiro momento dos EUA, e depois o Brasil, país que se tornou o maior exportador deste gênero.

Não havia retorno para o escravo. Não recebia sequer partes da lucratividade do produto que seria usufruído pelo consumidor final na Europa. O sujeito tinha feição de mercadoria, sendo fácil a sua reposição como tal por meio do tráfico, garantindo uma manutenção volátil nas atividades desenvolvidas por eles<sup>24</sup>: “O escravo era, ele próprio, uma mercadoria de propriedade privada, a quem era perpetuamente negada a posse dos meios de produção, o controle sobre seu trabalho ou sobre os produtos desse trabalho e de sua própria reprodução”.<sup>25</sup>

Segundo Dale W. Tomich <sup>26</sup>, não há troca econômica nessa relação, pois não havia benefícios para o escravo, ele apenas “oferecia” exaustivamente sua força de trabalho:

No entanto, a força e a coerção não são apenas fatores extra-econômicos contingentes. Ao contrário, elas são parte integrante da produção escravista. Por meio da relação de propriedade, o senhor assegura o domínio sobre a pessoa do escravo, o processo de trabalho e o produto total da mão-de-obra. Ao mesmo tempo, a apropriação da pessoa do escravo e a produção de bens por meio do trabalho escravo constituem dois momentos independentes do processo de produção social. A pessoa do trabalhador assume a forma de mercadoria, porém o mesmo não sucede com a atividade da mão-de-obra (nos termos de Marx, a força de Trabalho). Assim, a relação de propriedade e o processo de trabalho se pressupõem mutuamente como condições dadas e externas. Não há nenhuma relação de troca econômica entre os dois. Ainda que a posse do escravo seja condição para a produção, ela não compensa por si só a despesa com o trabalho escravo. Ao contrário, o processo de produção se organiza por

<sup>22</sup> BLACKBURN, 2016, p. 14.

<sup>23</sup> Ibid., p. 16.

<sup>24</sup> TOMICH, Dale W. **Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial**. SP: Edusp, 2011, p. 24.

<sup>25</sup> BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 216.

<sup>26</sup> TOMICH, op. cit., p. 24.

intermédio da dominação direta do senhor. O trabalho é uma atividade imposta aos escravos e executada independentemente de sua subsistência<sup>27</sup>.

Logo, a população escrava agrilhoadada trazida pelo atlântico se tornou a principal ferramenta das atividades econômicas que foram desenvolvidas durante o século XIX: seca, abominosa e inumana. Não sendo um meio de capital formal, a escravidão se deu com expansão econômica mundial europeia, com a apropriação da força de trabalho, convertida no escravagismo que formaria os pilares da acumulação de capital das elites mercantes nas Américas.

A *plantation* percorreu toda a América, e essa densidade de produção agrária também desenvolveu suas próprias classes com suas próprias especificidades. O Brasil, que é um dos principais objetivos de discussão desse trabalho, não se isentou desses processos.

Para Celso Furtado<sup>28</sup>, uma economia escravista que apenas produzia bens primários para exportação não deixa de ser uma economia colonial, independentemente de seu status jurídico em relação à antiga metrópole. Um exemplo seria o Brasil após sua independência: mesmo tendo o status de Império, constituía uma economia que estava mais próxima dos modelos coloniais do que aquela industrial e moderna, como outras nações europeias naquele momento vinham seguindo. Ainda de acordo com Celso Furtado, uma economia que dependia excessivamente da demanda de compra ofertada pelo mercado internacional era caracterizada como colonial. Isso poderia ter ocorrido de alguma forma em momentos de conciliações entre a aristocracias e mercadores: um detentor do poder político e jurídico e outro do poder econômico. Essa conciliação poderia ter firmado em algum momento o Brasil nesta forma de negociação com o Ultramar e a Europa.

A partir do que Hobsbawm analisou no processo de industrialização britânico, que “a fusão da rivalidade política e da econômica, fusão da iniciativa privada com o apoio governamental, já visível no incremento do protecionismo do atrito imperialista<sup>29</sup>”, teria sido para o território brasileiro um fator que contribuiu para o desenvolvimento econômico do Império, através de concessões ou das relações de créditos e troca entre as classes.

Um fator que consideramos para pensar a formação econômica do século XIX, foi pensar a chegada da Família Real ao país, diante das relações internas do Brasil que mudariam nas esferas políticas e econômicas. Nesse sentido, o próximo tópico pretende discutir as relações econômicas desenvolvidas pelo Império do Brasil no século XIX.

---

<sup>27</sup> TOMICH, 2011, p. 25.

<sup>28</sup> FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Passim.

<sup>29</sup> HOBBSAWM, 2000, p. 121.

## 2.2 Economia dependente e o Antigo Regime

Em 1808, com a vinda da Família Real para o Brasil, as relações comerciais mudaram diante do mercado internacional. Pode-se dizer que foi um ano divisor de águas para as relações mercantis do Brasil, pois “A abertura dos portos às nações amigas, naquele ano, conectou diretamente os produtores escravistas da América-portuguesa ao mercado mundial de artigos tropicais, em uma quadra na qual este último passava por ajustes de fundo.<sup>30</sup> D. João VI teria tentado trazer uma organicidade para as relações comerciais do Brasil, tendo como base compilações do Código Comercial francês de 1808<sup>31</sup>, que daria um norte para o Brasil nas próximas décadas. Isso, de certa forma, teria intensificado os interesses da população e principalmente dos mercadores já existentes, pelo livre comércio adotado pela Coroa.

Entre 1815 e 1822, a reabertura dos portos continentais europeus e a volta à normalidade no transporte atlântico acarretou uma rápida e aguda alta nos preços das commodities tropicais, entre as quais o café, o que estimulou a entrada de novos produtores na arena do mercado mundial.<sup>32</sup>

Para atender às novas demandas de produções do setor agrário e o avanço de urbanização do Império brasileiro, a necessidade da mão de obra escrava multiplicou espantosamente “de 341.149 desembarques de escravos, entre 1801-1810, para 451.078, entre 1811-1820”.<sup>33</sup> Na primeira década do século XIX (1811-1820), uma média de 10 mil africanos desembarcavam em solo fluminense anualmente após a reabertura dos portos e com a Família Real escolhendo a praça do Rio de Janeiro para se instalar e reafirmando o Rio de Janeiro como capital do Império. Esse processo logo geraria um certo avanço nas produções destinadas ao comércio, e também no setor de obras públicas e privadas. Por consequência, no segundo decênio do século XIX (1811-1820), cerca de 19 mil africanos desembarcavam anualmente no

---

<sup>30</sup> MARQUESE, Rafael.; SALLES, Ricardo. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: \_\_\_\_ (ORG.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**: Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 124.

<sup>31</sup> Ao analisar a 1ª Tradução do Código Comercial de 1825, feita por Antônio José da Silva Loureiro dedicada a Dom Pedro I. No referendo ao público, o autor consta a necessidade e a carência da organização comercial que o Império necessitava, não havendo uma organicidade do sistema mercante. O Código de 1808, tentou organizar uma classe comercial no Império, o código Francês era o modelo seguido pelas grandes nações europeias. Ver: LOUREIRO, Antonio José da Silva. Código Mercantil da França. In: \_\_\_\_ (TRAD.). Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1825, p.7. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242784>> Acesso: 9 de ago de 2021.

<sup>32</sup> MARQUESE; SALLES, op. cit., p. 127.

<sup>33</sup> Ibid., p. 125.

Rio de Janeiro.<sup>34</sup>

A abertura dos portos colocou o Império brasileiro em uma nova modalidade no mundo dos negócios<sup>35</sup>, e “após 1808, a conexão direta dos senhores de escravos da América portuguesa com o mercado mundial. Em conjunção com o crescimento demográfico da corte, o decreto de livre comércio teve impacto imediato sobre a demanda de escravos”.<sup>36</sup> Esse repentino e consistente avanço do mercado brasileiro tornaria brevemente a praça do Rio de Janeiro a mais importante do Atlântico Sul, sendo no primeiro momento uma das principais pontes entre a América portuguesa e o mercado de Lisboa.

Contudo, essas mudanças ocorridas para o Império português não mudariam e nem o colocaria entre as nações e impérios que estavam se industrializando, uma vez que seu mercado era caracterizado pelo abastecimento europeu, e por muito tempo os negociantes portugueses tiveram o papel de agentes dos negócios entre o que era produzido no Mercado Luso-brasileiro<sup>37</sup> e o resto da Europa. De acordo com João Fragoso<sup>38</sup>, um dos fatores dessa economia tardia, que esteve presente mesmo após 1822, foi a continuidade da prática dos negociantes, como dos negociantes de grosso trato do Rio de Janeiro<sup>39</sup>, que mantiveram o desenvolvimento das relações do antigo regime. O Brasil ainda se limitaria a ser um protetor, ou no mínimo refém, dos interesses britânicos.

A hegemonia comercial e financeira britânica no Brasil tinha antigas raízes comerciais na vassalagem de Portugal e Londres durante o século XVII e XVIII. Quando a monarquia de Bragança se transferiu para o Brasil [...] foi feito um tratado comercial que dava preferência aos produtos britânicos em relação aos de Portugal. Depois, em 1827, o Imperador Dom Pedro, em retribuição ao reconhecimento Britânico do seu império de escravos codificou a dependência em um dos mais injustos acordos comerciais da história: um tratado não recíproco que limitava os impostos sobre as importações britânicas a 15 por cento *advalorem* enquanto permitia aos britânicos

<sup>34</sup> MARQUESE, Rafael.: TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila.: SALLES, Ricardo. (orgs) **O Brasil Imperial: 1831-1870**. RIO DE JANEIRO: Civilização, v.2, 2009, p. 354.

<sup>35</sup> Não que antes o Brasil não negociasse com a Europa, mas as atividades desenvolvidas precisamente no antigo regime, entre mercadores internos e o comércio mercante não era regularizado, tornando a atividade comercial sem estar registradas; por muito tempo ocorreu pela vista grossa feita pela corte que antes estava na Metrópole.

<sup>36</sup> MARQUEZE: TOMICH, op. cit., p. 3.

<sup>37</sup> Refiro-me às produções desenvolvidas na América portuguesa em contraste com suas exportações para a praça do comércio de Lisboa principalmente, que dali era escoado para outras localidades do mercado Europeu.

<sup>38</sup> FRAGOSO, João. A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790-1820. In: \_\_\_\_\_, BAPTISTA, Maria Fernanda. GOUVÊA, Maria de Fatima. **O antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. RIO DE JANEIRO: Civilização Brasileira, 2001.p. 323.

<sup>39</sup> Segundo João Fragoso, que estudou a elite mercantil do Rio de Janeiro na virada do século XVIII e das primeiras décadas do XIX, cerca de 15 famílias de negociantes cariocas detinham 27% do tráfico atlântico de escravos entre 1811-1830, e 29% do transporte de mercadorias da cidade para Portugal em 1820 e 26% do comércio do Rio com Goa. No comércio interno, dentre cinco a nove daquelas famílias controlavam o abastecimento de 19% do charque e de 31% do trigo para dentro do Rio de Janeiro, entre 1802-1822. (FRAGOSO, 2001, apud FRAGOSO, 1998, p.320).

imporem tarifas de 300 por cento ao café brasileiro.<sup>40</sup>

Com o fim do Antigo Regime<sup>41</sup>, a partir da crise colonial foi possibilitado aos comerciantes brasileiros o desenvolvimento de certa autonomia já que antes a produção era voltada para a exportação e acabava reproduzindo um excedente acumulativo no mercado europeu. Entretanto, esse fluxo entre as Américas e Europa viveu em uma modalidade dependente. Fernando Novais aponta as características da dinâmica econômica colonial, como pode-se observar a seguir:

A dinâmica do conjunto da economia colonial é definida pelo setor exportador, em certas circunstâncias e áreas determinadas, o setor subsistência pode adquirir certo vulto, como no caso da pecuária, e então se organiza em grandes propriedades, ou noutros casos, incorpora o regime escravista. Mas a dinâmica global depende sempre do influxo externo, o centro dinâmico último é o capitalismo europeu: trata-se de uma economia, em todo o sentido do termo, dependente. O setor principal depende diretamente, o secundário, indiretamente. Em segundo Lugar o nível das relações socio-econômicas, as estruturas escravistas determinam um alto grau de concentração da renda nas mãos dos senhores de escravos, que são ao mesmo tempo proprietários das empresas produtoras de mercadorias para o comércio colonial.<sup>42</sup>

Todavia, mesmo a economia do Império se mantendo em uma prática colonial do Antigo Regime diante das exportações, uma produção considerável voltada ao mercado interno já se desenvolvia mesmo antes da abertura dos portos. Mattoso, ao estudar o mercado de Salvador no século XIX, aponta que atividades de caráter de produção interna já se encontrava fomentada na região através de produções voltadas para alimentar o gado e outras produções agrícolas voltadas para o abastecimento de bens necessários para a localidade.<sup>43</sup> Esses cultivos, como aponta Linhares, teria formado economias dispersas e subsistente durante a Colônia.

A organização da agricultura colonial, vinculada às correntes do comércio europeu, por seu caráter especializado, no plano internacional, não podia gerar sistema produtivos internos, especializados e diversificados, nem propiciar uma acumulação interna. Daí, o povoamento esparso, rarefeito e a multiplicação de "economias de subsistência" raramente capazes de produzir excedentes para um diminuto, ocasional e intermitente comércio interior.<sup>44</sup>

<sup>40</sup> DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**: Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 390.

<sup>41</sup> “[...] o sistema colonial do "antigo regime" criou, numa extensa faixa do território que seria, no século XIX, o Brasil, uma economia agrária caracterizada pelo regime de grandes propriedades (o latifúndio agrário-exportador e o latifúndio pecuário), pelo trabalho escravo, pela monocultura de produtos tropicais voltada para o mercado externo por um sistema político resultante da "hipertrofia do poder privado" (LINHARES, 1979, p. 153).

<sup>42</sup> NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. SP: Hucitec, 5ªed, 1989. p. 106-107.

<sup>43</sup> MATTOSO, Katia Mytilineou Queirós. **Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: HUCITEC. Salvador: Secretária Municipal de Educação e de Cultura, 1978, Passim.

<sup>44</sup> LINHARES, 1979, p. 30.

A crise do regime colonial ocorrida através dos conflitos políticos de interesse econômico entre metrópole e colônia, por muito tempo foi vista pela historiografia como o fim de subordinação para o Brasil. De fato, havia conflitos entre comerciantes portugueses e brasileiros, porém não era algo constante e nem linear. Segundo João Fragoso<sup>45</sup>, a monarquia portuguesa não detinha um poder autoritário sobre suas elites locais, e que no caso do Brasil, era percebida como negociações, havendo canais de entendimento e não simplesmente de subordinação. Dessa maneira, isso não significou o fim da prática econômica colonial, como foi visto a partir dos atores citados anteriormente; pode-se pensar na hipótese de que elas foram seguido por mais tempo ao longo do século XIX e também coexistidos com modalidades econômicas mais modernas.

### 2.3 O mercado cafeeiro brasileiro

Em 1822, o Brasil já se caracterizava como um país independente. O Império do Brasil e sua economia “apesar da efetiva centralidade da produção cafeeira, foi relativamente diversificada e dinâmica”<sup>46</sup>, passando por variações de preços, crises, surgimentos de novas atividades e formações de mercados.

No primeiro quartel do século XIX, os preços se elevaram, devido à desorganização do trabalho na indústria açucareira nas colônias espanholas e inglesas e às guerras napoleônicas. A queda do câmbio brasileiro, após 1816, ia, ainda, estimular a exportação. O emprego da máquina a vapor, o uso do bagaço de cana como combustível e as novas variedades de canas introduzidas facilitariam o surto açucareiro, verificado no século XIX. O consumo na Europa cresceu sempre, a partir do século XVII. Após a vulgarização do chocolate, foi o café, cujo uso se espalhou desde 1650, um dos produtos que mais contribuíram para a expansão do açúcar, sabido como é que o consumo de café obriga ao do açúcar em peso pelo menos igual ao daquele.<sup>47</sup>

Nesse sentido, entendemos que a produção desenvolvida no Brasil não era algo sólido e concreto; ela estava abarcada por uma heterogeneidade presente em suas regiões como aponta

---

<sup>45</sup> FRAGOSO, João. Para que serve a história econômica? Notas sobre história da exclusão social no Brasil. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/295>. Acesso em: 14/05/2021. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.29, 2002, p. 3-28.

<sup>46</sup> PAULA, João Antônio de. O processo econômico. In: CARVALHO, José Murilo de. **A Construção Nacional 1830-1889**, v.2. História do Brasil Nação: 1808-2010. Direção Lília Mortiz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 182.

<sup>47</sup> SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil: 1500-1820**. Brasília: Senado Federal, v. 34, 2005, p. 145.

João Antônio de Paula:

Ao longo do século XIX certas características estruturais e vocações regionais criaram um mosaico de relações de trabalho, de tecnologias, de produtos, de mercados, de formas de propriedade, o que contraria a imagem, que ainda tem ampla difusão, de uma economia exclusivamente escravista, de monocultura e voltada para a exportação. De fato, a economia brasileira esteve longe de ser homogênea em qualquer de suas características básicas, antes se desenvolveu a partir de peculiaridades regionais.<sup>48</sup>

Tanto o mercado interno como externo era muito mais dinâmico. Havia uma diversidade de produções e segmentos que completavam o quadro econômico, e nesse sentido, o mercado tinha uma amplitude muito maior do que aquela que vinha sendo tratada pela historiografia que só se preocupava com os grandes ciclos do açúcar, algodão e café. Essa dinâmica também estaria assentada a partir das relações desenvolvidas no âmbito político. Podemos observar isso quando Leslie Bethel discorre sobre as relações econômicas desenvolvidas entre o Brasil e os Estados Unidos ao longo do Século XIX diante das produções cafeeiras:

O Império do Brasil mantinha relações diplomáticas em geral amistosas, mas distantes, com os Estados Unidos. Economicamente, os Estados Unidos responderam por 12% das importações brasileiras nos anos 1840 (principalmente farinha e laticínios), mas nos anos 1870 tinham diminuído para apenas 6%. E não havia nenhum investimento direto significativo dos Estados Unidos no Brasil. Por outro lado, como prenúncio do que viria, nos anos 1880 a Singer Manufacturing Co. e uma subsidiária de vaselina da Standard Oil abriram escritórios no Rio de Janeiro. Já a proporção de exportações brasileiras com destino aos Estados Unidos passou de 15% nos anos 1840 para 30% a 40% nos anos 1870 e 1880, quando os estadunidenses depois que o Congresso americano eliminou as tarifas sobre o café em 1872, estavam consumindo quase dois terços do café exportado pelo Brasil.<sup>49</sup>

As relações econômicas também se davam a partir da boa relação desenvolvida no campo político; esses acordos entre o Império e países estrangeiros influenciavam constantemente no quadro das exportações. Aparentemente, manter boas relações diplomáticas com seus compradores era essencial. Era importante manter diálogos mais amistosos com seus compradores para que pudessem investir no país, sendo esse possivelmente um dos meios de avançar a industrialização de alguns setores e na modernização da sociedade brasileira, através de urbanização por meio da imigração de europeus e norte-americanos.

Abaixo podemos observar uma tabela com a participação por (%) de 8 dos principais produtos exportados, da exportação total do Brasil ao longo do século XIX.

---

<sup>48</sup> SIMONSEN, 2005, p. 182.

<sup>49</sup> BETHEL, Leslie. O Brasil no Mundo. In: CARVALHO, José Murilo de. **A Construção Nacional 1830-1889**, v.2. História do Brasil Nação: 1808-2010. Direção Lília Mortiz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p.173.

**Tabela 1** – Exportações 1821-1900

DECÊNIO	TOTAL	CAFÉ	AÇÚCAR	CACAU	ERVA MATE	FUMO	ALGODÃO	BORRACHA	COUROS E PELES
1821- 1830	85,8	18,4	30,1	0,5	–	2,5	20,6	0,1	13,6
1831- 1840	89,8	43,8	24,0	0,6	0,5	1,9	10,8	0,3	7,9
1841- 1850	88,2	41,4	26,7	1,0	0,9	1,8	7,5	0,4	8,5
1851- 1860	90,9	48,8	21,2	1,0	1,6	2,6	6,2	2,3	7,2
1861- 1870	90,3	45,5	12,3	0,	1,2	3,0	18,3	3,1	6,0
1871- 1880	95,1	56,6	11,8	1,2	1,5	3,4	9,5	5,5	5,6
1881- 1890	92,3	61,5	9,9	1,6	1,2	2,7	4,2	8,0	3,2
1891- 1900	95,6	64,5	6,0	1,5	1,3	2,2	2,7	15,0	2,1

**Fonte:** Comércio Exterior do Brasil -n. 1 - C.E e N 12-A. do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda (PAULA, 2012, p. 183 apud SILVA, 1976, p. 8).

Como podemos observar na tabela acima, a produção cafeeira obteve, ainda nas primeiras décadas do século XIX, uma grande virada em suas produções, considerando um aumento de pouco mais de 135% entre a década de 20 para a de 30. Partindo disso, procuraremos entender um pouco da dinâmica de produção voltada ao mercado externo, observando como o café foi responsável por uma trajetória e formação não somente econômica, mas também política do Império do Brasil.

A produção do café brasileiro teve seu ponto alto durante os últimos anos da década de 20. O Brasil, em 1828, destacava-se como o maior produtor de café do mundo. Alguns elementos devem ser considerados para que se observe a formação desse mercado: o primeiro estaria na chegada da Família Real<sup>50</sup> ao Brasil, fomentando o aumento de produções de gêneros

<sup>50</sup> “Com a chegada da família Real, logo foram construídas estradas para interligar o mercado produtor de mantimentos do sul de Minas Gerais à nova corte. Essas novas estradas concebidas para regularizar o fluxo de mercadorias de Minas Gerais ao Rio de Janeiro, teriam sido centrais para o deslanche da cafeicultura no Vale do Paraíba, logo a expansão teria gerado uma intensa febre fundiária, logo em suas fronteiras, seria fundado dois dos maiores municípios cafeeiros mundiais do século XIX, Vassouras e Valença”. MARQUESE & TOMICH, 2009, p. 354.



de primeiras necessidades mais próximo da Coroa<sup>51</sup>. Um outro elemento diz respeito a perda de mercado sofrida por São Domingos<sup>52</sup> que era responsável por quase metade da produção mundial de café.<sup>53</sup> Além disso, após a revolução haitiana nos últimos anos do século XVIII, perdeu ainda um terço da produção mundial de açúcar.

Havia um terceiro elemento: a acumulação do trabalho escravo ilegal; a formação das grandes unidades cafeicultoras do Vale do Paraíba teria tido seu crescimento durante a fase de ilegalidade do tráfico negreiro transatlântico (1835-1850), ilegalidade essa que já estava prevista pela lei imperial de 7 de novembro de 1831.<sup>54</sup>

João Fragoso (1998)<sup>55</sup>, ao analisar a praça mercantil do Rio de Janeiro, percebeu um mosaico de produções segmentadas e múltiplas não capitalistas, no sentido de não estarem ligadas às grandes produções, mas que permitiram acumulações de capitais:

[...] elas teriam permitido a acumulação de capitais nas mãos dos grandes negociantes residentes no Rio de Janeiro, que monopolizavam o tráfico negreiro transatlântico e operavam no mercado interno. Esses capitais, por sua vez, teriam sido reinvestidos em larga escala na produção escravista em zonas de fronteira, a despeito de sua lucratividade menor em relação às atividades mercantis. O movimento todo seria impulsionado pelo ideal "arcaico" que conformava o éthos senhorial escravista, isto é, a posse de terras e homens como sinal decisivo de distinção social<sup>56</sup>.

Desta forma, a elite mercante da capital se encontrava em condições favoráveis devido à sua acumulação desenvolvida ainda nos finais do século XVIII que teria contribuído para a formação da elite cafeeira da região no decorrer do século seguinte. De acordo com Mattoso, no século XIX “o café, novo rei da agricultura brasileira, ajudaria a transformar o tráfico, ilícito a partir de 1830, numa atividade econômica lucrativa, mesmo após 1850”.<sup>57</sup>

A elite cafeeira paulista, que mantinha relações um pouco hostis com a elite fluminense, dividia o Vale do Paraíba, já que o escoamento do café do primeiro “inicialmente escapava da hegemonia paulistana quando era encaminhado para o oeste, posição confirmada pela malha

<sup>51</sup>Ibid., p. 354.

<sup>52</sup>“O mercado mundial do café, no período em tela (1790-1830), passou por sensíveis momentos de alta e de baixa, derivados não só do impacto de São Domingos como também dos conflitos militares que polarizaram as grandes potências atlânticas”. Ibid., p. 349.

<sup>53</sup> Ibid., p. 345.

<sup>54</sup> Ibid., p. 344.

<sup>55</sup> Ver: FRAGOSO, João. **Homens de grossa aventura:** acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

<sup>56</sup> MARQUESE; TOMICH, 2009, p. 343.

<sup>57</sup> MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Ser Escravo no Brasil: séculos XVI-XIX*. RIO DE JANEIRO: Vozes, 2016, p. 46.

ferroviária, articulando até mesmo o Vale do Paraíba à capital através da Central do Brasil”.<sup>58</sup> A província de São Paulo detinha o poder econômico e mantinha uma assimetria em sua representação política, sendo bem inferior à representação de outras províncias como o Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e o Rio de Janeiro. Mesmo sendo a maior produtora de café do país a partir da segunda metade do século XIX<sup>59</sup>, sua relação com o Rio de Janeiro, que detinha a presença da Família Real, tornaria esse ambiente propício a uma relação conturbada entre a Coroa e a elite paulista em algumas situações.

O acesso ao mercado cafeeiro brasileiro ocorreu por um processo de acumulação desenvolvido a princípio por pequenos e médios mercadores, através das produções diversificadas voltadas aos mercados locais e daqueles que completariam sua fortuna no quadro de exportações, dividindo espaço com as produções hegemônicas. Precisamente, esses setores de produção menos capitalizados garantiram o acesso de pequenos comerciantes ao mercado escravo e, posteriormente, participavam das grandes produções destinadas a Europa. A produção do café aumentava absurdamente e por muito tempo o Vale do Paraíba teria recebido essa imagem de poder econômico. Ainda de acordo com Marquese e Tomich:

Os índices das exportações brasileiras encontram notável correspondência com esses preços: a produção cresceu sensivelmente entre 1826 e 1828, fruto de cafezais que foram plantados antes de 1823, quando os preços estavam em alta; de 1828 a 1830 (cafezais plantados entre 1824 e 1826, preços externos e internos em baixa), a produção estacionou em torno de 27.000 t; de 1831 a 1834 (cafezais plantados entre 1827 e 1830, preços externos estacionados, mas os internos em alta), saltou de 32.940 t para 67.770 t.<sup>60</sup>

Diante do exposto, percebe-se que a produção cafeeira detinha os maiores números do total da exportação, então “excluído o café, o valor das exportações de 1850 é inferior ao que provavelmente foi no começo do século”.<sup>61</sup> Como já discutido no primeiro tópico sobre uma economia dependente, o Brasil se tornou dependente de uma única produção, considerando a produção destinada ao mercado externo. Essa dependência se refletiu no próximo século<sup>62</sup>, tornando-se de fato um problema para economia brasileira.

<sup>58</sup> OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Uma senhora na rua do Imperador: população e transformações urbanas na cidade de São Paulo, 1870-1890. *In*: GRINBERG, Keila.; SALLES, Ricardo. (orgs) **O Brasil Imperial: 1870-1889**. RIO DE JANEIRO: Civilização, v.3, 2009, p. 161.

<sup>59</sup> LEMOS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. *In*: GRINBERG, Keila.; SALLES, Ricardo. (orgs) **O Brasil Imperial: 1870-1889**. RIO DE JANEIRO: Civilização, v.3, 2009, p. 411.

<sup>60</sup> MARQUESE; TOMICH, op. cit., p. 357.

<sup>61</sup> FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. SP: Companhia Editora Nacional, 2005, p. 109.

<sup>62</sup> A dependência do Café levaria o Brasil a sofrer pela grande Depressão de 1929, devido os EUA que era o maior importador do produto, entrar em uma profunda recessão.

A estrutura econômica, baseada principalmente no trabalho escravo, se mantivera imutável nas etapas de expansão e decadência. A ausência de tensões internas, resultante dessa imutabilidade, é responsável pelo atraso relativo da industrialização. A expansão cafeeira da segunda metade do século XIX, durante a qual se modificam as bases do sistema econômico, constituiu uma etapa de transição econômica, assim como a primeira metade desse século representou uma fase de transição política. É das tensões internas da economia cafeeira em sua etapa de crise que surgirão os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento, concluindo-se então definitivamente a etapa colonial da economia brasileira.<sup>63</sup>

O mercado brasileiro passou a ser, até o primeiro triênio do século XX, dependente da produção cafeeira, não dando atenção muitas vezes às produções menores, tanto deste gênero, como de outras atividades da agropecuária que eram desenvolvidas em solo brasileiro. O próprio café que foi produzido em outras áreas do país, presente em escalas menores como naquelas produzidas por Pernambuco e Paraíba, que não tinham o mesmo papel daquele produzido no Rio de Janeiro e São Paulo, foram fundamentais para as economias regionais. Contudo, a produção de café, mesmo sendo em escala menor, e em alguns anos até inexistente nestas províncias, foi parte de uma produção voltada ao mercado interno local e que possibilitou acumulações aos seus produtores. Nesse sentido, no próximo capítulo serão observadas as produções desenvolvidas em Pernambuco e Paraíba, buscando compreender as diversidades de produções voltadas ao abastecimento local.

---

<sup>63</sup> FURTADO, 2005, p. 43.

### 3 UM CONTRAPONTO DO CAFÉ: PERNAMBUCO E PARAÍBA, E O ABASTECIMENTO INTERNO

O mercado interno brasileiro no século XIX, através da exportação por cabotagem entre as províncias, mostra-nos uma variação de consumo e produção muito mais ampla. Segundo Marcondes:

O leque de produtos exportados por cabotagem entre as províncias não se restringiu a poucos produtos de reduzidos valores, existindo um consumo expressivo no mercado interno. As principais mercadorias foram, em 1872-73, açúcar (13,4), café (11,5%), carne seca e salgada (10,3%), algodão, (9,8%), fumo (4,8%) e madeiras (4,7%).<sup>64</sup>

Nesse capítulo discutimos a produção cafeeira desenvolvida pelas províncias de Pernambuco e Paraíba a partir da segunda metade do século XIX, analisando uma dinâmica produtiva voltada ao abastecimento interno que divergia daquela produzida no Vale do Paraíba que estava direcionada ao mercado externo. Desse modo, através dos dados analisados, notamos nos quadros de produções destas províncias uma diversidade que logo teria consagrado mercados únicos em suas especificidades, e que mantinham redes de entendimento entre as classes mercantes dentro e fora da província. Essa diversidade mostra que estas províncias não só viviam das grandes produções, como havia uma economia de subsistência que estava ligada principalmente às produções de lavouras.

#### 3.1: Café e abastecimento em Pernambuco

A partir do que foi visto brevemente sobre a produção do café brasileiro, percebe-se que esse era um produto cuja safra e produção era desenvolvida através do trabalho escravo, atribuindo uma monopolização nas mãos da elite paulista e fluminense. Entretanto, a partir de investigações feitas em outras províncias, destacando as províncias de Pernambuco e da Paraíba, constatou-se através dos relatórios dos presidentes de províncias em seus quadros de produções que o café não era uma produção centralizada, pensamento que converge com o exposto por João Antônio de Paula. Compreende-se, através dessas localidades, que havia variações de preços e também na sua produção; algumas vezes aparecendo inferior a outros produtos no quadro de exportações. O café produzido nestas províncias não era de destaque como aquelas produzidas no Vale do Paraíba.

---

<sup>64</sup> MARCONDES, Renato Leite. **Desigualdades regionais brasileiras**: comércio marítimo e posse de cativos. Tese de Livre Docência em Economia, Ribeirão Preto, USP, 2005, p. 67.

No relatório expedido em 1868 da Província de Pernambuco, nos quadros (Comércio de Navegação, Exportação e Importação) referentes ao biênio de 1866 e 1867, o café aparece apenas no quadro de produtos destinados (exportações) para outras províncias do Império, como segue o quadro a seguir, onde destacamos seis dos principais produtos produzidos nesta província, considerando a presença do café.

**Quadro 1** – Exportações para outras províncias (1866-1867).

ARTIGO	UND	QUANT	VALOR EM (R)
Açúcar branco	Arrobas	608.542	2.112:399\$551
Charque	Arrobas	250.072	961:068\$400
Café	Arrobas	43.076	299:379\$500
Mascavo	Arrobas	81.734	173:722\$672
Aguardente	Canada	431.500	156:805\$180
Algodão	Arrobas	5:199	70:537\$555

**Fonte:** Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo exm. Sr. Barão de Villabella na sessão do 1º de março de 1868.

Notamos que há uma produção pequena, contudo considerável. Se comparado com o biênio de 1865 e 1866, a produção cafeeira não chega nem a aparecer nesta documentação. Essa presença cafeeira na província possivelmente estaria ligada aos interesses de grupos locais em participar do mercado internacional do café e de monopolizar um negócio local voltado ao abastecimento, principalmente para dinamizar o mercado interno da província. No Relatório de 1874, percebe-se uma preocupação por parte da administração provincial em desenvolver o gênero do café nesta localidade, como pode ser visto a seguir:

Para conseguir que os nossos agricultores emprehendam a cultura do café em uma grande extensão, talvez fosse conveniente que estabelecesseis premios pecuniarios para os que plantassem em terreno apropriado uma certa determinada area desse genero, e expozessem delle a melhor qualidade.<sup>65</sup>

Todavia, o café pernambucano estaria mais para uma produção subsistente, uma vez que passou por problemas em sua produção devido as variações climáticas e geográficas da província. No Relatório de 1880, destaca-se a presença de uma crise climática que teria

<sup>65</sup> RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo exm. sr. commendador Henrique Pereira de Lucena abriu a sessão da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco em 1 de março de 1874, p, 61. Disponível em: <<http://ddsnxt.crl.edu/titles/180#c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-855%2C-143%2C4044%2C2853>> Acesso em: 24 de julho de 2021.

promovido uma abrupta seca que, de acordo com o relatório provincial sobre Colônia de Isabel, alguns cafezais sofreram com perdas:

A irregularidade das estações, cujos efeitos ainda se fazem sentir, muito contribuiu durante o anno findo para o atraso das plantações e diminuição da colheita dos varios cereaes, cultivados na colonia. Por este motivo foram replantados os primeiros roçados, tendo-se perdido cerca de 3,000 cafeeiros. Dos 300 kilogrammas de semente de café da Liberia, comprados pela colonia e plantados sob a direcção dos cidadãos João Fernandes Lopes e Antonio de Paula Santos, apenas vingaram 543 pés.<sup>66</sup>

Essa seca referida no relatório seria a seca de 1877-79 que dizimou as lavouras destas e outras províncias do norte. O café teria se consolidado em Pernambuco já nos últimos anos do Império, destacando-se os municípios de Bonito, Triunfo, Ouricuri e Goiana como os maiores produtores. Essas produções eram principalmente voltadas para o abastecimento local e de outras províncias. No Relatório provincial de 1887, a administração aponta sobre a cultura cafeeira da província como pode ser visto no trecho do Relatório supracitado:

A cultura do café, iniciada em fins do seculo passado, ficou estacionaria por muito tempo, e somente ha poucos annos é que se tem desenvolvido de maneira vantajosa e digna de toda a animação. A provincia possui terrenos apropriados a sua cultura, e onde os arbustos attingem a grandes proporções, correspondendo a isso a sua produção. No entretanto, a excepção do municipio do Bonito, Triumpho, Ouricury, Goyanna, Taquaretinga e outros, em que a cultura do café se tem propagado e desenvolvido, os demais que possuem terrenos apropriados, não tem procurado ensaiar a cultura de tão facil e rico producto. Em alguns municipios, como os de Garanhuns, Bonito e Goyanna, a producção do café, não só chega para o abastecimento dos mercados locaes, como ainda para fazer-se uma pequena exportação para os visinhos, e mesmo para a capital. A comarca de Garanhuns exportou para a capital, de Outubro de 1875 a Janeiro de 1876, 8.800 Kilos de Café. Incontestavelmente, porém, o municipio do Bonito marcha na vanguarda dos lugares produtores do café, e muito promette o progressivo desenvolvimento que vae tendo seu plantio. Em 1872 a colheita ttingio a 800 arrobas, em 1873 a 1.300, e em 1874 a 5.000. Entretanto, apesar de tão animador desenvolvimento, mesmo no ultimo d'aquelles annos foi a colheita apenas sufficiente para abastecer os mercados locaes. Em 1875, porém faz-se uma remessa de 110 cargas d'aquelle genero, pesando, mais ou menos, 400 arrobas. Estes dados representam como que os inicios da cultura de tão rico producto na provincia, hoje mais propagada e desenvolvida.<sup>67</sup>

O mercado cafeeiro pernambucano matinha uma produção subsistente e tinha como

<sup>66</sup> RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo exm. sr. dr. Lourenço Cavalcanti de Albuquerque abrio a sessão da Assembléa Provincial de Pernambuco no dia 1 de março de 1880, p.34. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/180#c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-855%2C-143%2C4044%2C2853>> Acesso em: 24 de julho de 2021.

<sup>67</sup> RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo exm, Sr. presidente da província, Dr. Pedro Vicente de Azevedo 2 de março de 1887, p.57. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/180#c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-855%2C-143%2C4044%2C2853>> Acesso em: 24 de julho de 2021.

objetivo abastecer os mercados locais. Desse modo, essa pequena produção fazia parte de uma gama de produções voltadas a *plantation* que consagrava uma economia heterogênea presente em uma agricultura muito mais dinâmica. Porém, como aponta Lacerda e Christillino, não se pode considerar que a subsistência é algo longínquo do comércio local<sup>68</sup>; pelo contrário: o mercado local estaria assentado em torno dessas produções subsistentes, havendo uma relação intrinsecamente próxima, possibilitando um movimento de giro que era capitalizado. Ainda de acordo com os autores, “o sucesso do abastecimento das unidades produtivas exigia a produção do excedente e as frequentes secas, enchentes ou pragas, nas lavouras, não ofereciam margem ao cálculo “exato” da extensão das lavouras de alimentos”.

Já no penúltimo ano do Império, a produção de café no Pernambuco foi quase inexistente, pois rendeu no ano referido pouco mais de 2 toneladas; índices muito baixos se compararmos a 1874 em que se colheu 5.000 arrobas, cujo convertimento daria uma média de 75 toneladas. Essa produção da década de 1880 estaria destinada a um mercado interno da província, precisamente para a capital. Ao se analisar tabelas e quadros nos relatórios provinciais, notamos variações de outros produtos agrícolas, como mostra o quadro a seguir referido ao ano de 1888:

**Quadro 2** – Demonstrativo do tráfego de mercadorias de Pernambuco (1888).

MERCADORIAS DA CAPITAL PARA O INTERIOR		
PRODUTO	KG/UND	VALOR EM (R)
Artigo de fantasia	377.656 (kg)	14:074\$440
Sal	1.028.852 (kg)	2:912\$820
Vinhos e especiarias	858.957 (kg)	22:670\$220
Gêneros de primeiras necessidades	5.086.599 (kg)	52:941\$860
Materiais para vias férreas	619.634 (kg)	2:810\$860
Mecanismo para engenhos	631.231 (kg)	2:860\$360
Materiais para construção	325.000 (kg)	647\$760
Carros e carroças	3 (und)	42\$080
Diversas	811.279 (kg)	4:151\$640
Aluguel de guindaste	—	619\$000
MERCADORIAS DO INTERIOR PARA A CAPITAL		
PRODUTOS	KG/UND	VALOR EM (R)

<sup>68</sup> LACERDA, Antônio Henrique Duarte.; CHRISTILLINO, Cristiano Luís. A agricultura de subsistência em Pernambuco, minas e no rio grande. In: BRANDÃO, Tanya Maria Pires.; CHRISTILLINO, Cristiano Luís (orgs). **Nas Bordas da Plantation: Agricultura e pecuária no Brasil Colonial e no Império.** Recife-PE: UFPE, 2014, p 61-84.

Açúcar	555.233 sacos (43.068.072 kg)	345:252\$700
Algodão	20.183 fardos (1.595.727 kg)	22:809\$080
Café	2.130 (kg)	23\$380
Fumo	1.437 (kg)	22\$980
Aguardente	1.548.848 (kg)	13:439\$940
Cereais	1.416.544 (kg)	12:550\$940
Couros	57.449 (kg)	718\$440
Madeiras	1.664.500 (kg)	6:523\$460
Mel	19.669 (kg)	102\$340
Lenha	1.648.000 (kg)	1:245\$960
Pedra	105.000 (kg)	84\$240
Carros e carroças	25.000 (kg)	78\$220
Diversas	2.057.418	9:067\$680
Aluguel de guindaste	—	29\$000
<b>MERCADORIAS EM TRAFEGO INTERMÉDIO</b>		
<b>PRODUTOS</b>	<b>KG/UND</b>	<b>PREÇO</b>
Diversas	3.851.532 (kg)	7.429\$440
Animais (cavalos e cães)	1.893 (kg)	3:802\$860
Diversos	515	550\$140
Armazenagem	—	1:707\$170

**Fonte:** Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo exm, sr. presidente da provincia, desembargador Joaquim José de Oliveira Andrade. 15 de setembro de 1888.

A dinâmica entre capital e interior estaria em uma noção de troca diante da necessidade de cada localidade. Ao sertão e agreste pernambucano, eram destinados mercadorias e produtos de gêneros de primeiras necessidades como farinha, milho, feijão etc. O sal aparece sendo muito importante e bastante consumido no sertão, já que era necessário para o processo de fabricação do charque, proveniente desta região. Outras mercadorias estariam voltadas a dieta e a cultura das elites como o próprio vinho e os vestuários presentes nas fantasias. O interior e o sertão dependiam também das ferramentas para o trabalho agrícola como carroças e ferramentas para os engenhos e alguns maquinários que eram importados e recebidos nos portos.

O interior estaria a cargo do abastecimento da capital com os insumos agropecuários como o açúcar, algodão, aguardente, couros, feijão, farinha, milho, especiarias, madeiras e o café, onde apareceria sazonalmente, chegando a não aparecer em alguns anos diante do sofrimento com as secas e pragas. Contudo, o café surge em alguns momentos como participativo nos quadros de produção destinada ao mercado local, possibilitando a percepção



de que o café teria um papel distinto daquele que o título de “ouro negro” das grandes produções do Vale do Paraíba.

Pernambuco dividiria com outras províncias, como o Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo, um mercado interno de café, sendo o primeiro e o Rio Grande do Sul os maiores mercados com produções desse gênero destinadas ao abastecimento local, enquanto os demais priorizavam as exportações.<sup>69</sup> Ainda durante o século XIX, os produtos que dominavam a exportação pernambucana eram o açúcar e o algodão; contudo, passariam a se tornar bens de consumo interno da província devido as concorrências do mercado externo: o açúcar das Antilhas e o de beterraba, além de não conseguir concorrer com a oferta norte-americana e egípcia no mercado de algodão.<sup>70</sup>

O estado acima do de Alagoas teria dominado por um certo momento o mercado consumidor nas atividades pecuárias, dominando o setor de couro, peles e carnes secas. Além de ser o segundo maior consumidor do café, ficando só atrás do Rio de Janeiro conforme exposto no fragmento a seguir:

Além da faceta demográfica, a dimensão do mercado consumidor em Pernambuco pode ser avaliada por meio das importações por cabotagem. Apesar da pecuária consistir numa atividade importante da província e de áreas adjacentes, a importação de carne seca e salgada atingiu valores expressivos, alcançando quase cinco mil contos de réis em 1872-73, em sua quase totalidade oriunda do Rio Grande do Sul. (cf. SOARES, 1884, v. 5, p. 42-43). Pernambuco foi o maior importador desse produto e também de sebo e velas. Entretanto, no mercado doméstico, a província foi a maior fornecedora de couros e peles, totalizando mais de setecentos contos, pois a gigantesca produção gaúcha direcionou-se quase que exclusivamente para o mercado internacional. Desse modo, Pernambuco deteve a segunda colocação no saldo líquido desse produto. Por fim, a província mantinha-se como um grande comprador de café e fumo. Se excluirmos o Rio de Janeiro como mercado de consumo da preciosa rubiácea, Pernambuco assumiria o papel de maior consumidor dentro do país.<sup>71</sup>

A economia pernambucana não estava consumada pelas produções do açúcar e do algodão; a província não se limitava a estas atividades. Logo, não se pode observá-la e nem a analisar separada das lavouras de alimentos; essas que ocuparam um importante espaço na região no qual desenvolveram uma produção considerável para sua economia interna. Entretanto, é errôneo observar as demais atividades agrícolas isoladas das lavouras de cana e de algodão; pelo contrário, elas se complementam: não estando distantes uma das outras, possibilitando entender o movimento econômico da localidade em suas categorias e proporções.

---

<sup>69</sup> MARCONDES, op. cit, 2005, p. 69.

<sup>70</sup> Ibid., p. 108.

<sup>71</sup> Ibid., p. 111.

Linhares chama atenção para que se perceba como uma cidade, diante de seus problemas, corresponderia na maneira como ela crescia e se alimentava, o que implica em ampliar a área de investigação para abranger as fontes que abastecem o seu mercado.<sup>72</sup>

### **3.2: O café no mercado interno da Paraíba e o abastecimento.**

A produção desta província, durante o século XIX, sobreviveu do comércio de abastecimento. Seu mercado cafeeiro na década de 1850 era quase inexistente, mas deve-se considerar sua importância complementar na agricultura desenvolvida naquela localidade. No triênio de 1857-59, a produção cafeeira de 1857 demonstra uma safra pequena de 18 arrobas e um aumento apenas para 21 arrobas em 1858. Já ao final da década em 1859, ela não chega a aparecer. A pequena produção dessa década não chegaria nem a competir no quadro de exportações para o mercado local e de outras províncias com outros segmentos. Possivelmente foi desmanchada nas feiras locais das municipalidades ou destinada ao mercado da capital.

O mercado interno da Paraíba se voltava para as áreas produtoras de algodão e açúcar, pois era detentora, até o final da década de 1860, de cerca de 200 engenhos espalhados por seu território, além da pecuária exercida na criação de gados e produção de carnes secas e couros no sertão. Na Paraíba, Areia e Bananeiras, municípios localizados no brejo paraibano, eram os grandes produtores do café local; sua área geográfica e seu clima de baixas temperaturas se assemelhavam à região montanhosa do Vale do Paraíba. Além desses detalhes positivos para a produção, viviam nestes municípios elites agrárias antigas que detinham uma riqueza acumulada a partir das produções da cana-de-açúcar e do algodão desenvolvidas na região. Desta forma, isso pode ter contribuído para o investimento da atividade no brejo, beneficiando o desenvolvimento local do gênero. De acordo com o registro no relatório provincial de 1865,

Como sabeis, muitas das terras da provincia, sobretudo as serras, são as mais apropriadas para a plantação do café, que em algumas das provincias do Sul é o principal e a mais importante fonte de riqueza. Na villa de bananeiras o plantio do café produzio optimos resultados, verificando-se, que tanto alli, como em outros lugares, é elle da melhor qualidade.<sup>73</sup>

A província investiu na produção cafeeira, fomentando a atividade no comércio interno,

---

<sup>72</sup> LINHARES, 1979, p. 157.

<sup>73</sup> RELATORIO apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo 1.o vice-presidente, exm. snr. dr. Felisardo Toscano de Britto, em 4 de agosto de 1865. p.7. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1224%2C-139%2C3934%2C2775>> Acesso em: 25 de julho de 2021.

contudo não estaria entre os seus produtos de maior destaque. O próprio milho e a farinha tinham maior participação e eram produtos predominantes nos quadros de produções da província. A Paraíba desenvolveu um comércio dinâmico por meio de suas lavouras e outras produções pré-industriais, como o azeite de mamona e a borracha nos últimos anos do século XIX. Seu mercado interno teria se formado através da longa história com o Pernambuco datada ainda da colonização, quando ambas dividiram o status de capitania. Ao longo do século XIX, sua produção destinada à exportação ficou durante algum tempo refém do porto de Recife através da navegação de cabotagem, destinando sua produção ao mercado internacional.

A seguir observamos o quadro de produções desenvolvidas pelos municípios da província em 1863.

**Quadro 3 – Produção agropecuária por municípios (1863).**

MUNICÍPIOS	GÊNEROS	ARROBAS	ALQUEIR ES	CANADA S	VARAS	CENTO S	PREÇOS (R)
Capital	Açúcar	224.000	–	–	–	–	1\$200
	Aguardente	–	–	7.000	–	–	\$300
	Farinha	–	271.800	–	–	–	5\$120
	Feijão	–	1.090	–	–	–	10\$240
	Milho	–	2.000	–	–	–	3\$840
	Arroz	–	2.000	–	–	–	6\$400
	Coco	–	–	–	–	10.100	2\$000
	Couros secos e salgados	6.000	–	–	–	–	3\$200
Mamanguape	Algodão em pluma	54.000	–	–	–	–	10\$000
	Açúcar	14.000	–	–	–	–	1\$200
	Farinha	–	400	–	–	–	6\$000
	Milho	–	2.500	–	–	–	6\$000
	Fumo	500	–	–	–	–	8\$000
	Arroz	–	200	–	–	–	6\$000
	Feijão	–	300	–	–	–	16\$000
	Aguardente	–	–	8.000	–	–	\$610
	Couros	8.000	–	–	–	–	3\$200
Redes de Algodão	–	–	–	–	5	1:200\$000	
Pilar	Algodão em pluma	40.320	–	–	–	–	12\$000
	Açúcar	66.000	–	–	–	–	1\$500
	Fumo	500	–	–	–	–	10\$00
	Farinha	–	20.000	–	–	–	8\$000
	Milho	–	3.000	–	–	–	5\$000
	Feijão	–	1.000	–	–	–	16\$000
	Arroz	–	300	–	–	–	!6\$000
	Mamona	–	200	–	–	–	10\$000
	Azeite de mamona	–	–	1.000	–	–	2\$000
	Aguardente	–	–	5.760	–	–	\$800
Pedras de Fogo	Açúcar	11.800	–	–	–	–	1\$500
	Café	100	–	–	–	–	8\$000
	Algodão em caroço	2.000	–	–	–	–	3\$200
	Farinha	–	15.000	–	–	–	8\$000
	Milho	–	5.000	–	–	–	8\$000
	Feijão	–	1.000	–	–	–	20\$000
	Mamona	–	50	–	–	–	10\$000

	Arroz	-	600	-	-	-	12\$000
	Aguardente	-	-	42.000	-	-	1\$000
Ingá	Açúcar	24.000	-	-	-	-	2\$000
	Rapaduras	2.800	-	-	-	-	1\$920
	Algodão em caroço	50.000	-	-	-	-	3\$000
	Mamona	-	1.000	-	-	-	20\$000
	Milho	-	100.000	-	-	-	2\$000
	Feijão	-	100	-	-	-	25\$000
	Arroz	-	200	-	-	-	10\$000
	Farinha	-	6.000	-	-	-	10\$8000
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>GÊNEROS</b>	<b>ARROBAS</b>	<b>ALQUEI RES</b>	<b>CANADA S</b>	<b>VARAS</b>	<b>CENTO S</b>	<b>PREÇOS (R)</b>
Bananeiras	Algodão em caroço	18.000	-	-	-	-	11\$000
	Açúcar	65.000	-	-	-	-	1\$400
	Café	1.200	-	-	-	-	10\$000
	Fumo	2.000	-	-	-	-	10\$000
	Milho	-	1.200	-	-	-	4\$000
	Feijão	-	600	-	-	-	10\$000
	Arroz	-	200	-	-	-	6\$000
	Farinha	-	200	-	-	-	4\$000
	Mamona	-	300	-	-	-	8\$000
Independência	Açúcar	52.000	-	-	-	-	2\$000
	Rapaduras	-	-	-	-	300	2\$000
	Feijão	-	300	-	-	-	12\$800
	Milho	-	50.000	-	-	-	4\$000
	Farinha	-	80.000	-	-	-	6\$000
	Arroz	-	500	-	-	-	8\$000
	Mamona	-	200	-	-	-	16\$000
	Fumo	300	-	-	-	-	10\$000
	Dito em rama	50	-	-	-	-	4\$000
	Café	50	-	-	-	-	10\$000
	Algodão em caroço	50.000	-	-	-	-	2\$300
Aguardente	-	-	1.000	-	-	1\$000	
Cuité	Algodão em caroço	1.000	-	-	-	-	3\$000
	Farinha	-	1.500	-	-	-	5\$000
	Milho	-	1.000	-	-	-	4\$000
	Feijão	-	300	-	-	-	12\$000
	Arroz	-	10	-	-	-	8\$000
	Mamona	-	150	-	-	-	6\$000
	Fumo	2.000	-	-	-	-	10\$000
	Pano de algodão	-	-	-	5.000	-	\$320
	Redes de dito	-	-	-	-	5	1:000\$000
	Sola em meios	-	-	-	-	25	20\$000
	Couros miúdos	-	-	-	-	120	30\$000
	Areia	Algodão em pluma	18.000	-	-	-	-
Açúcar		250.000	-	-	-	-	1\$200
Rapaduras grandes		-	-	-	-	5.000	6\$000
Farinha		-	50.000	-	-	-	9\$000
Arroz		-	300	-	-	-	10\$000
Milho		-	10.000	-	-	-	7\$000
Feijão		-	600	-	-	-	23\$000
Fumo		1.500	-	-	-	-	9\$000
Café		1.000	-	-	-	-	9\$000
Araruta		500	-	-	-	-	9\$000

Alagoa Nova	Algodão em pluma	6.000	–	–	–	–	14\$000
	Açúcar	25.000	–	–	–	–	1\$000
	Café	2.000	–	–	–	–	8\$000
	Fumo	200	–	–	–	–	10\$000
	Rapaduras grandes	–	–	–	–	3.000	4\$000
	Farinha	–	5.000	–	–	–	6\$000
	Milho	–	1.000	–	–	–	2\$000
	Feijão	–	200	–	–	–	16\$000
	Arroz	–	100	–	–	–	10\$000

**Fonte:** Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo exm. sr. dr. Francisco d'Araujo Lima na abertura da sessão ordinária de 1863, p.34-36. (Quadro elaborado pelo Autor)

A partir do quadro exposto, observamos que a produção cafeeira da Paraíba chegou a se sobressair diante da de Pernambuco em alguns anos, possibilitando a percepção de que a sua produção voltada para o abastecimento interno é pouco mais estável. Compreende-se, desta forma, que isso poderia ter ocorrido devido a localidade que a produção era desenvolvida já que a região do Brejo paraibano era muito mais fértil. O cultivo desenvolvido no biênio de 1862-63 totalizou 4.350 arrobas, uma média de 65 toneladas.

Em uma breve volta à produção de Pernambuco neste período, observa-se que não chega a aparecer na documentação, demonstrando uma produção ínfima para o comércio pernambucano naquele ano. Contudo, o que se deve considerar é a variação desta produção: Bananeiras e Areia, localidades das quais era proveniente esse gênero, mas que não estavam sozinhas: de acordo com o quadro, o gênero apareceria em outras localidades da província, presentes em Independência, Pedras de Fogo e Alagoa Nova; essa última dividiria fronteira com Areia, e que no ano referido teria produzido mais café do que a própria Areia e Bananeiras. Esse fato pode ter ocorrido devido a epidemia de cólera que teria atingido o brejo em 1862<sup>74</sup> e que afetou profundamente a cidade de Areia.

Um dos fatores que pode ter afetado o desenvolvido do gênero estaria ligado a questão da mão de obra escrava: as províncias do norte perdiam gradativamente sua mão de obra escrava devido ao tráfico interno desempenhado pelo comércio negreiro destinado para as províncias do sul, principalmente para a Província do Rio de Janeiro e São Paulo. Esse trabalho era voltado totalmente para as produções cafeeiras do Vale do Paraíba, precisamente nas lavouras do Oeste Paulista<sup>75</sup>. De acordo com Evaldo Cabral de Melo, a funcionalidade das lavouras no sul

<sup>74</sup> A Paraíba já teria sofrido com o flagelo da seca em 1845-1846 e em 1856 chegaria a epidemia, levando a óbito, nesta província, aproximadamente 25 mil pessoas. A doença teria voltado em 1862 e atingido novamente o Brejo e conseqüentemente as produções econômicas da região. Ver: ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**. Memórias de um Município. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980, p. 130.

<sup>75</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império (1870 – 1889)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. p.36

decorreu do ciclo comercial de mão de obra escrava para aquele local: “A lavoura do Vale do Paraíba não se fazia ilusões sobre sua capacidade financeira de recorrer a outra mão-de-obra que não fosse a escrava; e onde ir buscá-la, senão no Norte?”.<sup>76</sup> Esse movimento não acompanharia com a mesma estima a transição da mão de obra escrava para o trabalho livre, a partir da emigração, pois as províncias nortistas como a Paraíba sentiram essa carência.

Alguns incentivos eram ofertados para os agricultores para que pudessem assegurar a produção dos gêneros de primeiras necessidades e sanar os problemas com o abastecimento interno. O jornal *Regeneração* de 1861 ed. 28<sup>77</sup>, noticiou um debate ocorrido durante a sessão na assembleia provincial, na qual se discutia o projeto de Lei de nº 29, que concedia quatro contos de réis para quem fosse o primeiro a exportar pela primeira vez duas mil arrobas de café de sua produção anual. O projeto foi encaminhado pelos deputados provinciais padre Lindolfo Correia Neves<sup>78</sup> e o liberal Felizardo Toscano de Brito. Durante a discussão na assembleia, alguns deputados acharam inviável o projeto, arquivando, conseqüentemente, após a votação.

O presidente da província José Rodrigues Pereira emitiu a Lei nº 685 em 7 de outubro de 1879, concedendo gratificações de dois contos de réis aos agricultores que colhessem oito mil quilos de café por ano.<sup>79</sup> Segundo Horácio de Almeida<sup>80</sup>, alguns agricultores se deslocaram para Bananeiras para investir na atividade cafeeira, como foi o caso de Segismundo Guedes Pereira que tentou enriquecer nesse local por meio do café. A produção cafeeira de Areia só teria de fato um crescimento após o Império, todavia entrou em declínio já nos últimos anos do século XIX devido as perdas em suas lavouras por pragas e secas.

A preocupação sobre o mercado interno teria surgido muito mais cedo nesta província, ainda com a Revolução Pernambucana, na qual alguns paraibanos participaram. De acordo com Serioja Mariano,<sup>81</sup> isso afetou as lavouras não só da Paraíba, mas de Pernambuco e de outras

<sup>76</sup> Ibid., p.42.

<sup>77</sup> A REGENERAÇÃO: Jornal Politico, Litterario, Noticioso e Commercial. Assembleia Provincial. Cidade da Parahyba-PB: ed 28, 14 de agosto de 1861, Sessão 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=817481&pasta=ano%20186&pesq=caf%C3%A9&pagfis=112>> Acesso em: 22 de julho de 2021.

<sup>78</sup> Lindolfo Correia Neves foi um padre conservador moderado e que em um momento de aliança com os liberais progressistas fundou o jornal “O Publicador” em 1862. Ver: SEGAL, Myraí Araújo. **Espaços de autonomia e negociação**: a atuação dos deputados provinciais paraibanos no cenário político imperial. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017, p. 31.

<sup>79</sup> A mesma lei em seu Art 1, liberava a gratificação para aqueles que também colhesse dezesseis litros de trigo por ano; a gratificação teria tido a intenção do fomento das atividades na província, gêneros que vinham se desenvolvendo consideravelmente e gerando lucros em outras províncias do Império. Ver: Coleções das Leis Provinciais da Parahyba do Norte na 2º sessão ordinária. **Typographia dos herdeiros de José Rodrigues da Costa**. 1879, p. 18.

<sup>80</sup> ALMEIDA, 1980, 158.

<sup>81</sup> RODRIGUES, Serioja Cordeiro Mariano. **Gente opulenta e de boa linhagem**: família, política e relações de poder na Paraíba. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005, p. 96.

localidades que aderiram à causa. Como consequência, a fome assolou a província e se tornou uma preocupação geral; posteriormente foram feitas convocações para que lavradores e agricultores voltassem para suas produções. Tal decisão poderia, desta forma, ter estimulado as províncias do norte para o mercado de abastecimento.

Em 4 de julho de 1854, o vice-presidente da Província da Paraíba, Flávio Clementino da Silva Freire<sup>82</sup> decretou a Lei provincial de nº 24<sup>83</sup>: uma lei com intuito de incentivar as atividades agrícola na província. A lei permitiu empregar o imposto sobre açúcar em atividades agrícolas, estimulando os agricultores a produzirem e diversificarem as produções agrícola do lugar. A autoridade supracitada propôs a criação de uma espécie de banco de sementes que seriam distribuídas para os agricultores da província. Haveria uma grande diversificação nas espécies de insumos, considerando sementes vindas de outros lugares do mundo para o seu teste, podendo esses serem naturalizados na Paraíba. Este incentivo foi usado para investir em maquinários, possibilitando o melhor desenvolvimento das lavouras e da pecuária. O futuro Barão de Mamanguape se mostrou preocupado com o conhecimento de que os agricultores discerniam sobre a área, e o projeto estaria propondo uma reeducação agrícola da província através de traduções de livros, folhetos nacionais e estrangeiros sobre as tecnologias de produções que em seguida seriam distribuídas entre os agricultores. Além disso, houve a criação de uma cadeira teórica e prática sobre agricultura na capital, ofertada aos jovens produtores.

José Américo de Almeida em sua obra *A Paraíba e Seus Problemas (1980)*, ao tratar das orientações do engenheiro José Américo dos Santos para o combate à seca, observa que Américo forneceu orientações para um processo de alfabetização agrícola, possibilitando o desenvolvimento de novas tecnologias para enfrentar os períodos de estiagem e de pragas as quais a província era acometida. De acordo com o engenheiro, entre suas medidas estavam:

Impressão e distribuição gratuita, ao maior número possível de pessoas que souberem ler, de folhetos, escriptos por pessoas competentes ensinando os novos methodos de agricultura aperfeiçoada e de criação do gado e melhoramento das raças do mesmo; a preparação do feno e do milho forragem; e preparação das carnes salgadas por processos modernos; conservação de cereaes, piscicultura e salgadas de peixes.<sup>84</sup>

A Paraíba foi uma entre outras do Império a demonstrar certa preocupação com sua produção. A província estava incomodada e queria solucionar seus problemas de abastecimento

---

<sup>82</sup> Flávio Clementino da Silva Freire se tornaria, em 1860, o Barão de Mamanguape, sendo um dos mais influentes político e negociante desta província ao longo do século XIX.

<sup>83</sup> Coleções das Leis Provinciais da Parahyba do Norte na sessão ordinária. **Typographia de José Rodrigues da Costa**. 1854, p. 29.

<sup>84</sup> ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. João Pessoa: Ed. União, 3ªed., 1980, p. 311.

e construir uma economia que garantisse um fluxo de mercadorias voltadas ao abastecimento, além de resolver questões da fome. Desejava ainda fomentar produções agrícolas que poderiam dar espaço ao surgimento de novas indústrias e outras de atividades. A Província da Paraíba passou por dificuldades no desenvolvimento da sua economia devido aos problemas encontrados durante sua formação como crises e outras adversidades já exemplificadas.

A seguir, observemos a tabela com os ciclos de secas sofridos pela Província da Paraíba. Consideramos na tabela a seca de 1791-1793, pois foi a segunda maior seca vivida pela Paraíba, na qual, de acordo com Horácio de Almeida, foi consumido cerca de dois terços da produção agropecuária da província.

**Tabela 2 – Ciclos de secas na Paraíba<sup>85</sup>**

SECAS	GRAU
<b>1791-1793</b>	Grave
<b>1803-1804</b>	–
<b>1824-1825</b>	–
<b>1845-1846</b>	Grave
<b>1877-1879</b>	Grave
<b>1888-1889</b>	–
<b>1898</b>	–

**Fonte:** Tabela elaborada pelo Autor

A província teve um largo histórico de secas datadas desde o século XVI, nas quais teria sobrevivido a partir de ajuda em crédito do Império para aquisição de alimentos para suprir a fome, e também pela rica produção do brejo que teria sido menos afetada. Nesse sentido, buscamos, no próximo capítulo, discutir os efeitos sofridos pela província diante da seca de 1877-1879, que atingiu não só a Paraíba como também outras províncias do norte.

<sup>85</sup>ALMEIDA, op. cit., p.125.



#### **4 ENTRE SECAS E LAVOURAS: A ECONOMIA DO GRANDE FLAGELO DE 1877-1879 NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA.**

A região onde se localizava as províncias do norte no território brasileiro foi marcada, desde o processo de colonização, por nebulosas secas que assolaram a Colônia e posteriormente o Império. Ainda durante o século XVI, surge o primeiro registro de seca nessas terras devido aos registros feitos pelo padre jesuíta Fernão Cardim após uma viagem pela costa, indo do Rio de Janeiro a Pernambuco. Percorreu do sertão ao litoral e encontrou vastos povoados indígenas em estado de fome devido à seca que enfrentavam.<sup>86</sup> Não surpreendente foi que depois disso outras secas assombraram constantemente o Brasil.

A grande seca de 1877-1879, foi tratada como a seca mais obscura que flagelou milhares de pessoas em todas as províncias do Norte e as levou a estados calamitosos. Essa seca não aconteceu de modo isolado; a seca de 1877-79, de acordo com Mike Davis,<sup>87</sup> teve uma magnitude muito maior e que não foi simplesmente um fenômeno apenas climático e geográfico, foi um problema social. A grande seca da Era Vitoriana teria ocorrido também na Índia, China, Coreia, Rússia, Etiópia, Sudão e Brasil.<sup>88</sup> Foi um período de fome global, agravado pela grande depressão de 1873-96, na qual as economias pelo globo se deparavam com o período mais deflacionário do século XIX.<sup>89</sup> Não obstante, o mundo ainda enfrentava os surtos epidêmicos de peste bubônica, malária, varíola e cólera.

Esses elementos podem ter contribuído para um dos períodos mais drásticos da história; vale lembrar que o episódio das marchas dos flagelados no nordeste brasileiro foi simultaneamente atingido por algumas dessas crises epidêmicas.

Segundo Durval Muniz<sup>90</sup>, a seca de 1877-79 foi além de tudo usada como dispositivo de discurso: naquele momento, o Norte se encontrava em crise econômica; declínios dos preços no mercado externo; nas exportações de cana e de algodão; além da evasão de mão de obra escrava para as províncias do sul<sup>91</sup> e do próprio abandono dos pobres-livres e dos escravos que ficaram à mercê da boa sorte. Logo, diante da crise econômica, os produtores que sofreram com

---

<sup>86</sup> CAMPOS, José. N. B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Estudos Avançados**, v.28, n.82, 2012, p.65-88. Disponíveis em: <<https://www.scielo.br/j/ea/i/2014.v28n82/>> Acesso em: 20 ago. 2021

<sup>87</sup> DAVIS, 2002, passim.

<sup>88</sup> Ibid., p. 16.

<sup>89</sup> HOBBSBAMM, op. cit., p. 40.

<sup>90</sup> ALBUQUERQUE JR., 1988, passim.

<sup>91</sup> “Ao analisar a província do Rio Grande do Norte, Manuel Andrade consta que a seca de 1877 arruinou muitos proprietários, que logo determinaram a venda de grande quantidade de escravos para o Sul, a ponto de em 1884, restarem apenas 7.623 cativos em toda província. Ver: ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 135.

a queda nas exportações se refugiaram no setor de subsistência e, consecutivamente, lucrado com as caridades públicas em forma de créditos.<sup>92</sup>

Com a crise do setor exportador e a seca, as finanças provinciais, que devido à centralização financeira do Império já viviam tradicionalmente em estado de precariedade, atingem o estado de exaustão total, tendo todas elas de recorrerem aos recursos vindos do governo central para conseguirem cumprir o mínimo de suas obrigações financeiras.<sup>93</sup>

O Império teria, durante o período de seca, deliberado créditos às províncias para que pudessem ressarcir perdas e necessidades das camadas populares. Através do Ministério da Fazenda, foi concedido por meio do Decreto nº 6.871 de 30 de março de 1878, a importância de quatro mil contos de réis (4.000:000\$000) em 20 de junho. Seria liberado pelo Decreto nº 6.950 mais dez mil contos de réis (10.000:000\$000) e, no mesmo ano, mais dois repasses foram feitos às províncias flageladas: em agosto o valor de oito contos de réis (8.000:000\$000 /Decreto nº 7.000), e em outubro de mais quatro mil contos de réis (4.000:000\$000/Decreto nº 7.045).<sup>94</sup>

Além dos créditos cedidos pelo Império, outras importâncias foram destinadas a manutenções sanitárias das províncias, usadas principalmente para socorros hospitalares, uma vez que algumas províncias estavam sendo acometidas por epidemias, aumentando ainda mais a mortalidade naquele momento. Ademais, o fenômeno da crise econômica, junto com as pestilências e a estiagem de 1877-79, teria tornado a sensação daquele momento mais tenebrosa. A seca de 1877-79 considerada como a mais trágica do século ganhou essa conotação ao longo da história a partir da manipulação do discurso feito pela imprensa e algumas autoridades.

Algumas províncias tiveram uma mortandade muito menor equiparado a seca de 1824-25, segundo Durval, que analisou a seca no Ceará. A seca de 1824-25 teria matado cerca de 14,4% da população desta província e 13,9% em 1877-79.<sup>95</sup> Mesmo pensando que os dados populacionais seriam inferiores entre o espaço de tempo entre as duas eventualidades, a seca de 1877-79 teve um fator que a tornou tão distinta, um fator econômico, conseqüentemente político

<sup>92</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval M. de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca no Nordeste. **Revista Brasileira de História**. v. 14, n. 28. São Paulo: ANPUH, p. 111-120, 1995, p.113. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/revistas-anpuh/rbh>>. Acesso em: 22 de ago. de 2021.

<sup>93</sup> Ibid, p.114.

<sup>94</sup> BRAZIL. MINISTERIO DA FAZENDA. Ministro Gaspar Silveira Martins proposta e relatório do anno de 1877 apresentados a assemblea geral legislativa na 1ª sessão da 17ª legislatura (publica do em 1878) typografia nacional, p.22-25. Disponível em: <<http://ddsnex.crl.edu/titles/106?terms=secca&itemid=1891#?h=secca&c=4&m=56&s=0&cv=1&r=0&xywh=-223%2C1766%2C2614%2C1844>> Acesso em: 22 de ago. de 2021.

<sup>95</sup> ALBUQUERQUE JR, 1995, p. 112.

e social.

Em 1878 seria o ano em que ocorreriam as eleições gerais, porém houve defasagem de votos devido à seca, levando a votos reduzidos por municipalidades. O sistema político das províncias nortistas logo entraria em uma crise política, deixando os diálogos menos amistosos entre as oligarquias do interior e o governo provincial.

As secas seriam o maior vilão da classe dominante; seria ela a destruir lavouras, matar o gado e a mão de obra escrava de fome, sede e posteriormente a atingir suas economias. Entretanto, a crise de 1877-79 foi além de tudo um obnubilado discurso oligárquico<sup>96</sup>, desesperado para sobreviver, não só pela sede ou fome, mas por salvarem seus capitais daquele conturbado período.

As relações internas entre os negociantes interprovinciais tornaram as relações um pouco hostis já que as províncias do sul se aproveitariam do momento para encarecer suas produções destinadas às províncias atingidas pela seca, gerando neste período um capital especulativo no mercado interno do Império.

O comércio também se vê completamente desorganizado: o comércio de exportação, prejudicado pela crise do setor e pela dificuldade de transporte causada pela seca, notadamente o comércio do algodão, que era produzido no interior; o comércio interno prejudicado pela destruição da produção agrícola, bem como pela concorrência com a distribuição de alimentos aos famintos por parte do governo. Esses alimentos eram adquiridos fora do Norte, ou em firmas importadoras da praça do Recife, gerando protestos dos comerciantes locais que queriam ser beneficiados através da compra de suas mercadorias com as verbas dos socorros públicos. Por isso, eles combatem a compra de alimentos fora de suas províncias, pois essa compra fazia com que os recursos enviados ao Norte pelo governo imperial, retornassem ao Sul, para comprar as mercadorias que eram distribuídas aos flagelados. Por seu turno, os governos provinciais denunciavam a alta exagerada dos preços, fruto da especulação realizada por esses comerciantes, dizendo ser irracional deixar de comprar os alimentos no Sul para comprá-los no Norte de comerciantes que iam àquela região para fazer suas compras.<sup>97</sup>

O comércio precisava sobreviver de alguma forma. Um mercado, ou melhor, uma indústria de crédito geraria giro no mercado interno do Império, fazendo com que as pequenas produções de lavouras alcançassem valores altíssimos, ocorridos principalmente daquilo que vinha do Sul para o Norte.

O engenheiro André Rebouças aparentemente teria desenvolvido um projeto que seria a solução do problema das províncias atingidas pelo flagelo da seca e pelas possíveis futuras

---

<sup>96</sup> ALBUQUERQUE JR, 1988, p. 272.

<sup>97</sup> Id., 1995, p. 113.

que surgiriam. A partir de um estudo comparativo com base na Índia Inglesa, que também vinha sofrendo por secas, Rebouças teria compreendido que a longo prazo a saída seria a construção de defesas hídricas e de um banco de sementes, na qual a população tivesse acesso às reservas de água<sup>98</sup>, – algo que infelizmente para a época não foi concretizado.

Abaixo, podemos observar na figura o mapa que apresenta o planejamento de vias férreas elaboradas por Rebouças que serviriam para atender e agilizar os socorros, como também facilitar o transporte comercial. Na figura é possível observar a área atingida pela seca de 1877-79. O engenheiro teria elaborado inúmeros projetos ao longo da sua vida para o melhoramento da estrutura urbana e de propostas que, em tese, solucionaria problemas das regiões acometidas pelas tradicionais secas. Contudo, Rebouças e outros tiveram muitos dos seus projetos não executados; a ausência da aplicação dessas ideias resultaria em problemas que a sociedade brasileira carregaria ao longo dos próximos séculos.

---

<sup>98</sup> REBOUÇAS, André. **As secas nas províncias do Norte**. Rio de Janeiro: Tipografa G. Leuzinger e Filhos. 1877.

**Figura 1** – Mapa da região flagelada pela seca (1877).



**Fonte:** Mapa da região flagelada pela seca de 1877 com os caminhos de ferro de socorro projetados pelo engenheiro André Rebouças, 1878. Arquivo Nacional. Fundo Proveniência Desconhecida. BR\_RJANRIO\_F2\_0\_MAP\_0002

Segundo María Verónica Secreto, há dois processos que operam em diferentes temporalidades e que são causadoras de secas: “Há a seca meteorológica, que é a diminuição da quantidade de chuva, e a seca hidrológica, que acontece quando o sistema de abastecimento de água é insuficiente para salvar a safra. A seca hidrológica traz sempre uma história social”.<sup>99</sup>

As províncias do norte que tinham sido acometidas por vários ciclos de estiagem, tiveram transformações em suas atividades agropecuárias, como as ocorridas com o declínio da produção pecuária que foi remodelada diante das severas secas nos sertões. No final do século XVIII, a seca de 1791-93 que dizimou lavouras e rebanhos nos sertões do nordeste, produziu

<sup>99</sup> SECRETO, María Verónica. A seca de 1877-1879 no Império do Brasil: dos ensinamentos do senador Pompeu aos de André Rebouças: trabalhadores e mercado. **História, Ciências, Saúde** - Manguinhos, Rio de Janeiro. v.27, n.1, p.33-51, 2020, p.36. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/ynZx9TkBJS5GdCnjKXmGKd/?lang=pt>> Acesso em: 23 de jul. de 2021.

um movimento migratório dos agricultores daquelas áreas para as áreas mais úmidas, como as serras de terras férteis próximas ao litoral.<sup>100</sup> Nessas áreas foi adotada a agricultura de queimada seminômada: dois anos de cultivo por oito de pasto e repouso, podendo assim assegurar a fertilidade da terra para os períodos de plantio.<sup>101</sup>

A Província da Paraíba detinha de uma forte produção agrícola concentrada no brejo, e essa produtividade contribuiu para a sobrevivência dos locais. Conforme o Jornal *O Despertador*,<sup>102</sup> em junho de 1877 os municípios de Areia, Bananeiras e Independência receberam algumas chuvas, fazendo com que os produtores locais criassem esperanças em uma boa safra para aquele ano. Essas breves chuvas garantiram um certo controle em suas lavouras e no abastecimento, sendo um alento para a fome de homens livres-pobres.

A província sofria pelo déficit financeiro acometido pela brusca seca. No relatório apresentado na abertura da assembleia legislativa pelo presidente Esmerino Gomes Parente<sup>103</sup>, observa-se a problemática da crise das finanças sofrida pelas províncias devido à crise da lavoura que era a fonte principal de arrecadação das rendas públicas e particulares. Afetou ainda algumas fortunas particulares, obrigando esses produtores a reduzirem suas contribuições, acarretando um sensível decréscimo das rendas da província. Esse desequilíbrio estagnou a dívida provincial; fomentou a contração de empréstimos, agravando cada vez mais a sua situação financeira e da dívida passiva.

A província arrecadou, no exercício de 1875-76, a importância de 284:826\$982, mas suas despesas chegaram a 789:890\$951, tendo um déficit de 505:063\$969. Contudo, o exercício de 1875-76 nos primeiros momentos da seca foi inferior ao do ano anterior, com a arrecadação de 369:039\$467 e de despesa 563:322\$689. Isso ocorreu com as amortizações feitas pelo governo provincial, como o próprio Barão de Mamanguape que a cada exercício diminuía a dívida e despesa do governo. Outro elemento estaria nas doações e créditos concedidos durante o período da seca. Essas doações<sup>104</sup> facilitariam na aplicação de créditos em compras de gêneros

<sup>100</sup> As secas teriam afetados imensamente os produtores do sertão, criando condições miseráveis e no qual a maioria teriam se tornado meeiros, parceiros nas produções, para suas subsistências. Ver: Davis, 2002, p. 398.

<sup>101</sup> Ibidem.

<sup>102</sup> O DESPERTADOR: Jornal Politico, Litterario, Noticiador. Chuvas. Cidade da Parahyba-PB: ed 1149, 25 de Julho de 1877, Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704920&pesq=secca&pasta=ano%201877&pagfis=19> Acesso em: 25 de ago. de 2021.

<sup>103</sup> RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia da Parahyba do Norte pelo presidente, exm. sr. doutor Esmerino Gomes Parente, na abertura da sessão ordinária em 12 de agosto de 1877, p.11. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=71&s=0&cv=58&r=0&xywh=-1012%2C-1%2C3799%2C2680>> Acesso em: 25 de ago. de 2021.

<sup>104</sup> A província recebeu algumas importâncias no período, por meio da doação: a Província do Pará teria enviado cerca de 4:300\$000, Recife enviado gêneros alimentícios e de primeiras necessidades, além de doações externas,

de primeiras necessidades para a província, como o crédito de cinco contos de réis (5:000\$000)<sup>105</sup> concedido por meio da tesouraria provincial para aquisição de alimentos que seriam “distribuídos aos necessitados”.

A província construiu depósitos de distribuição de alimentos para os indigentes de cada localidade; os depósitos se localizavam nas cidades sede da comarca, na qual ficaria responsável pela distribuição uma comissão nomeada pela província composta pelo juiz de direito, o vigário da freguesia e o coletor de rendas gerais. As comarcas eram: Campina Grande, Pombal, Souza, Mamanguape, Pilar, Areia, Bananeiras, S. João, Serra do Teixeira, Piancó, Cajazeiras e Monteiro. Para o Alto-Sertão, os socorros chegariam através do Porto de Mossoró no Rio Grande do Norte, a cargo do Agente Fiscal Francisco Tertuliano de Albuquerque.

Com o agravamento da seca, retirantes se deslocaram para o brejo; lugar que logo concentraria grandes números de flagelados e foi papel da província destinar socorros a essa colônia irregular que se organizava na localidade. Ainda assim, Areia não estava livre da fome: 25 mil emigrantes circularam pela localidade, muitos morreram pelas calçadas, ruas e estradas.<sup>106</sup> O brejo concentrava grande produção de farinha, desta forma a localidade serviu de base no combate à fome, já que este gênero era essencial para suprir as necessidades de fome da população. Em 1878, foi criado um armazém de farinha na cidade de Areia<sup>107</sup> usado para alimentar os retirantes vindos do sertão, principalmente de áreas próximas a Campina Grande.

Em 1878, Esmerino teria deliberado a quantia supra de trinta contos e trezentos mil réis (30:300\$000) que seriam distribuídos entre as cidades de Areia, Campina Grande, Cajazeiras, Pombal, Souza, Mamanguape, Misericórdia, Princesa, Independência, Bananeiras, Monteiro, Patos, Teixeira, S. Luzia, Cabaceiras, S. João e a Freguesia de Conceição de Misericórdia. Além desse valor, foi liberado um crédito de 3:000\$ ao agente fiscal de Mossoró que vinha cuidar das localidades do Alto-Sertão.

O brejo foi a área no interior da província que mais gerou fluxo de retirantes pelas localidades. A busca por alimentos, trabalhos e sobrevivência se remetia a longa data em vários movimentos migratórios que demandavam para o brejo<sup>108</sup> e para o litoral. Em 1877, no

---

algumas internas eram recorrentes, como as feitas por alguns vigários de freguesias e outros agentes públicos, chefes de polícias e membros de associações como os maçons.

<sup>105</sup> Com o agravamento da seca, Esmerino Gomes Parente, vendo que os cinco contos de réis liberados antes seriam insuficientes, abriu mais três créditos sucessíveis de doze contos de réis (12:000\$000), todos sendo aprovados pelo governo Imperial. Ver: RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia da Parahyba do Norte pelo presidente, exm. sr. doutor Esmerino Gomes Parente, na abertura da sessão ordinária em 12 de agosto de 1877, p.11. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=71&s=0&cv=58&r=0&xywh=-1012%2C-1%2C3799%2C2680>> Acesso em: 25 de ago. de 2021.

<sup>106</sup> ALMEIDA, 1980, p. 132.

<sup>107</sup> Ibid., p. 124.

<sup>108</sup> ALMEIDA, 1980, p. 123.

armazém de socorros em Areia foram abrigados os seguintes gêneros: 550 sacas de farinha, 356 sacas de milho, 128 sacas de feijão, 114 sacas de arroz e 3.480kg de charque. Teria sido ainda repassado para esta e outras comarcas quantias para obras públicas nas quais eram determinadas que os emigrantes deveriam ser empregados com objetivo de auxiliar as necessidades enfrentadas pelas localidades na seca. Ainda se tratando dessas ajudas, foi destinado para as cidades de Areia 2:000\$000; 1:000\$000 para Pombal; 1:000\$000 para Souza; 1:000\$000 para Bananeiras e 500\$00 para Independência.<sup>109</sup>

Era constantemente noticiado nos jornais da província sobre os socorros em alimentos para as localidades: *O Liberal Parahybano*<sup>110</sup> aparentemente foi o maior divulgador do tráfego desses gêneros destinados às povoações, freguesias e das municipalidades da província. Sabe-se que Areia e suas povoações próximas eram as localidades por onde mais trafegavam gêneros alimentícios. As outras localidades encontraram dificuldades no recebimento e produção de alimento; embora fosse uma grande produtora de lavouras, sua produção não foi suficiente e ela não ficou isenta dos problemas acometidos pela seca.<sup>111</sup> Para suprir a necessidade destes gêneros, algumas sacas de milhos, feijão, farinhas e outros produtos alimentícios eram adquiridos pelas praças do Recife, conforme noticiado n' *O Liberal Parahybano*.

As importações e exportações da província foram atingidas em resultado da crise econômica vivida e das constantes estiagens como demonstra a tabela a seguir com o déficit sobre o faturamento bruto das exportações e importações, entre os exercícios de 1875 e 1878.

---

<sup>109</sup> A OPNIÃO: A Opinião : Orgão do Partido Liberal (PB). Socorros. Cidade da Parahyba-PB: ed 065, 13 de dezembro de 1877, Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705004&pesq=secca&pasta=ano%20187&pagfis=1>> Acesso em: 25 de ago. de 2021.

<sup>110</sup> O LIBERAL PARAHYBANO: Orgão do Partido Liberal (PB). Cidade da Parahyba-PB: Várias Edições, 1877-1879, Disponível em: < <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 18 ago. de 2021.

<sup>111</sup> Cf. Segundo José Américo de Almeida, as safras do Brejos eram regulares e seria suficiente para a população, porém, com os grandes números de emigrantes que por ali chegavam, a produção se tornou ínfima para alimentar todos os famintos que se estabeleceram pela localidade. Ver: ALMEIDA, 1980, p. 189.



**Tabela 3 – Importações e exportações (1875-1879).**

EXERCÍCIOS	IMPORTAÇÕES			
	Direta	Gêneros estrangeiros	Gêneros nacionais	Total
<b>1875-76</b>	99:396\$366	1.561:700\$485	242:600\$612	1.903:697\$469
<b>1876-77</b>	115:134\$105	1.473:805\$098	267:619\$812	1.856:559\$029
<b>1877-78</b>	229:132\$232	1.382:416\$032	393:379\$559	2.004:927\$829
<b>1878-79</b>	81:252\$973	1.000:000\$000	299:325\$013	1.380:577\$999
EXERCÍCIOS	EXPORTAÇÕES			
	Direta	Gêneros estrangeiros	Gêneros nacionais	Total
<b>1875-76</b>	1.832:043\$641	49.147\$972	58.840\$789	1.940:032\$409
<b>1876-77</b>	3.399:253\$063	53.288\$000	72.957\$178	3.525:598\$241
<b>1877-78</b>	1.089:048\$926	21.738\$400	157.095\$474	1.267:882\$800
<b>1878-79</b>	281:206\$800	29:028\$500	132:405\$530	442:640\$830

**Fonte:** Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia da Parahyba do Norte pelo presidente, exm. sr doutor Ulysses Machado Pereira Vianna, na abertura da sessão ordinária de 1 de janeiro de 1879, p.15-16 (Tabela elaborada pelo Autor).

No exercício de 1877-78, as importações superaram os dois exercícios anteriores e o seu posterior; quadro ocorrido pela aquisição de produtos usados para os socorros contra a seca e contra as epidemias do período. Já nas exportações, o quadro mais drástico estava nos últimos anos da seca, no exercício de 1878-79<sup>112</sup>. Nota-se que o total da exportação é drasticamente inferior ao dos anos anteriores. A crise no preço do algodão e do açúcar no mercado mundial também pesaram para as exportações, que só se intensificaram com a seca.

**Quadro 4 – Produção e preço do algodão e açúcar. (1875-1879)**

Exercícios	Produto	Produção (SC)	Preço (R) por KG
<b>1875-76</b>	Algodão	41.639	\$435 e \$333
<b>1876-77</b>	Algodão	59.359	\$407 e \$300
<b>1877-78</b>	Algodão	15.449	\$411 e \$380

<sup>112</sup> EXPOSIÇÃO, apresentada pelo Exm. Sr. Dr. José Rodrigues Ferreira Junior passou a administração desta Provincia ao Exm. Sr. Padre Felipe Benicio da Fonseca Galvão 2º Vice-Presidente. 30 de abril de 1880. Disponível em <<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#c=0&m=77&s=0&cv=1&r=0&xywh=-151%2C443%2C2027%2C1430>> Acesso em: 27 de ago. de 2021.

<b>1878-79</b>	Algodão	1.072	\$425
<b>1875-76</b>	Açúcar	42.963	\$87 e \$80
<b>1876-77</b>	Açúcar	147.712	\$157 e \$80
<b>1877-78</b>	Açúcar	78.021	\$108 e \$91
<b>1878-79</b>	Açúcar	45.183	\$93

**Fonte:** Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo presidente, exm. Sr. doutor Ulysses Machado Pereira Vianna, na abertura da sessão ordinária de 1 de janeiro de 1879, p.17. (Quadro elaborado pelo Autor)

A produção de algodão caiu drasticamente no exercício de 1877-78. Houve certa elevação na procura pelo gênero e no seu valor no período da seca, enquanto o açúcar teria, nos anos de 1877-78, um excedente menor que 1876-77, embora maior que de 1875-76. Isso se explicaria pelas necessidades do mercado externo já que o gênero estava em desfalque nos quadros das exportações de outras províncias, concedendo uma valorização menos inflacionada no preço do açúcar em um curto período durante a crise citada. Outro problema encontrado pelo mercado de açúcar nesta e nas províncias vizinhas do Norte estava relacionado ao crédito: houve uma concentração de crédito para o sul durante a segunda metade do século XIX; tal fato formou disparidades cambiais entre os dois polos do Império.

Ao contrário da lavoura cafeeira, a dificuldade fundamental enfrentada pelo açúcar e pelo algodão residia na carestia do crédito, como sugerem as disparidades das taxas de juros no norte e no sul. Enquanto nas províncias cafeeiras elas não iam além de 10 e 12% ao ano, no norte agrário o agricultor pagava normalmente entre 18 e 24%. Devido à coexistência, em escala nacional, de setores agrícolas de produtividade diferente, tais disparidades eram inevitáveis, mas inegavelmente a ação governamental reforçou os mecanismos deflagrados "espontaneamente" pelo crescimento da economia cafeeira, mediante uma política de centralização do crédito, com o feito de privilegiar o grande comércio da praça do Rio e os interesses cafeeiros do vale do Paraíba a ele vinculados.<sup>113</sup>

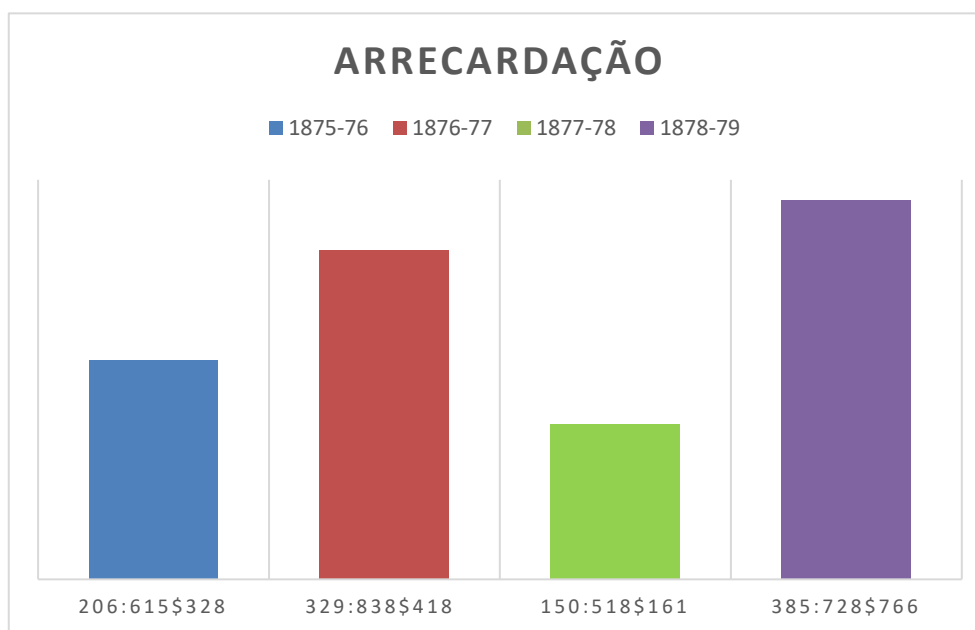
As arrecadações da Província da Paraíba nos respectivos exercícios foram decrescentes e sua dívida passiva em 1879 já chegava a 818:045\$994 réis, e sua ativa<sup>114</sup> em 243:801\$348 réis. Contudo, o exercício de 1878-79 obteve uma arrecadação em suas receitas superior aos

<sup>113</sup> MELLO, 1999, p. 97-98.

<sup>114</sup> A dívida passiva da província se deu pelo acúmulo de empréstimos desenvolvidos gradativamente pelos períodos de secas, crises econômicas e epidêmicas; já o quadro de sua dívida ativa, relacionada àquela que é devedora ao governo provincial era muito mais baixa. Segundo Rita Almico, algumas províncias vendiam títulos de suas dívidas para que pudessem recolher capitais nos tempos mais críticos, contudo no caso da Província da Paraíba, havia um certo receio por parte do governo em fazer as cobranças durante o período de 1877-79. Ver: ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Dívida e Obrigação:** as relações de crédito em Minas Gerais, séculos XIX/XX. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. passim.

anos anteriores; isso ocorreu graças as medidas mais rígidas sobre o recolhimento, principalmente no setor pecuário e da criação de gado.<sup>115</sup> A seguir, pode-se observar no gráfico as arrecadações obtidas pela província:

**Gráfico 1 – Arrecadação (1875-1879)**



**Fonte:** RELATÓRIO apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia da Parahyba do Norte pelo presidente, exm. sr doutor Ulysses Machado Pereira Vianna, na abertura da sessão ordinária de 1 de janeiro de 1879, p.18. (Gráfico elaborado pelo Autor).

Em 1880, com o fim da seca, o comércio interno se encontrava extremamente abalado pela longa estiagem e pelas crises epidêmicas que confluíram com a crise econômica vivida. Casas de comércios, feiras e outros espaços de comercialização públicos iam fechando aceleradamente. A província, abatida pelo esgarço do flagelo deixado pelas ruas, vielas e estradas, encontrava-se em déficit em alguns setores de sua economia.

Para as províncias do norte principalmente, o desfalque da mão de obra foi um fator que agravou o período; a única aposta do governo foi nos retirantes que chegavam extremamente abatidos pelas viagens e nos homens livres-pobres da região, já que a mão de obra escrava estava em evasão para o sul. As discussões nacionais sobre as grandes lavouras reconheciam

<sup>115</sup> EXPOSIÇÃO, apresentada pelo Exm. Sr. Dr. José Rodrigues Ferreira Junior passou a administração desta Provincia ao Exm. Sr. Padre Felipe Benicio da Fonseca Galvão 2º Vice-Presidente. 30 de abril de 1880, p.2. Disponível em <<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=77&s=0&cv=1&r=0&xywh=-151%2C443%2C2027%2C1430>> Acesso em: 27 de ago. de 2021.

esse problema da mão de obras, pois como expõe Sinimbu,<sup>116</sup> isso seria resolvido por meio das imigrações de *coolies*; termo usado para se referir aos trabalhadores vindos da Ásia, precisamente chineses. Entretanto, essa emigração não ocorreu escala desejada, havendo vastos debates sobre aceitações desses povos que eram mal-vistos por muitos.

Na Paraíba, alguns fazendeiros estariam lucrando a partir dos centros coloniais criados para acolher os retirantes que chegavam amontoados pela província. Todas as colônias foram criadas em propriedades de fazendeiros, próprias ou de rendeiros. Foram criadas 31 nas quais 24 se encontravam nas localidades pertencentes à comarca da capital; 6 distribuídas na comarca de Mamanguape e 1 na de Independência. Cerca de 12 mil retirantes entre homens, mulheres e crianças se alocaram nessas localidades; entretanto, para poderem se manter nos centros coloniais era preciso trabalhar e produzir nas terras. Desta forma, foi dado aos retirantes uma muda de roupa e sementes para o plantio.

Devido aos maus-tratos e aos problemas de conduta entre os proprietários e os retirantes, muitos foram abandonando as colônias logo nos primeiros sinais de melhoras da seca. Em 1880, apenas 2 colônias restavam na Capital, com mais 5 em Mamanguape, mas que estavam programadas para o encerramento respectivamente em maio para a Capital e junho para Mamanguape. Para a Capital, os últimos recursos alimentícios enviados pela Comissão de Socorros foram efetuados em 8 de agosto, e para o interior em 3 de novembro de 1880.<sup>117</sup>

A seca teria influenciado uma evasão da mão de obra escrava nas províncias do norte; contudo, a partir da análise entre o senso de 1872 e o demonstrativo da população escrava de 1880 pelo Relatório do Presidente de Província, percebe-se que o número de escravos não teria sido atingindo e que teria aumentado sua população.

---

<sup>116</sup> MELLO, 1999, p. 126.

<sup>117</sup> EXPOSIÇÃO, apresentada pelo Exm. Sr. Dr. José Rodrigues Ferreira Junior passou a administração desta Província ao Exm. Sr. Padre Felipe Benicio da Fonseca Galvão 2º Vice-Presidente. 30 de abril de 1880, p.2. Disponível em <<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=77&s=0&cv=1&r=0&xywh=-151%2C443%2C2027%2C1430>> Acesso em: 27 de ago. de 2021.

**Quadro 5** – Demonstrativo da população escrava em 1872 e 1880.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ESCRAVA (1872)	POPULAÇÃO ESCRAVA (1880)
<b>Cidade da Paraíba</b>	2.456	2.714
<b>Alhandra</b>	228	212
<b>Mamanguape</b>	802	1.782
<b>Independência</b>	1.334	1500
<b>Alagoa Grande</b>	642	549
<b>Bananeiras</b>	689	1.135
<b>Cuité</b>	611	435
<b>Areia</b>	1.424	1.471
<b>Alagoa Nova</b>	419	479
<b>Pilar</b>	1.191	1.843
<b>Pedras de Fogo</b>	1.145	1.086
<b>Ingá</b>	1.308	1.280
<b>Campina Grande</b>	1.105	1.130
<b>S. João</b>	642	2.311
<b>Alagoa de Monteiro</b>	611	–
<b>Cabaceiras</b>	587	533
<b>Patos</b>	880	555
<b>Santa Luzia</b>	335	277
<b>Pombal</b>	1.182	1.263
<b>Catolé do Rocha</b>	1.016	945
<b>Piancó</b>	612	1.399
<b>Misericórdia</b>	628	633
<b>Sousa</b>	1.376	1.307
<b>Cajazeiras</b>	408	435
<b>Teixeira</b>	–	231
<b>Total</b>	<b>21.526</b>	<b>25.596</b>

**Fonte:** BRAZIL, IBGE, Censo Demográfico, 1872. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477\\_v1\\_br.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf). Acesso em: 29 de ago. de 2021. & RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo exm. sr. Bacharel Antonio Alfredo da Gama e Mello abrio a sessão da Assembléa Provincial de Pernambuco no dia 3 de setembro de 1880. Typografia Liberal, p.25. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=78&s=0&cv=61&r=0&xywh=-1083%2C-1%2C3972%2C2802>

Acesso em: 24 de jul. de 2021.

Nas localidades que seriam menos propícias para a seca, como o brejo e o litoral, houve um aumento em suas populações escravas, enquanto no sertão houve uma diminuição. Esse possível aumento poderia ter ocorrido devido aos comércios internos entre o sertão e as áreas litorâneas, e também pela possível falsificação dos dados fornecidos pelos proprietários, já que no ano de 1880 valores foram deliberados para quotas de libertação de escravos por municipalidade; nesta foi liberado a quantia de 84:191\$398 que foi distribuída entre os municípios. Essas quotas poderiam ter interessado os proprietários neste período de seca, cujo crédito foi usado para outros fins, pois quanto maior a população escrava da municipalidade, maior seria o crédito da quota para a localidade. Todavia, falta-se examinar quais foram esses proprietários que recebiam estes valores e quais papéis desenvolviam na região.

A seca abrupta que atingiu a Paraíba foi de longe um problema que não poderia ser evitado. Alguns atores, ao longo do século XIX, já alertavam ao Império, governos provinciais e outras autoridades sobre meios para combater esses cataclismos que atormentavam a economia e a população brasileira. Entre esses atores pode-se destacar o engenheiro André Rebouças<sup>118</sup> a nível nacional, e na Paraíba o engenheiro José Americo dos Santos que recomendou medidas a serem aplicadas na província, entre elas: a construção de um órgão meteorológico espalhado pelas regiões atingidas pela seca, serviços de exploração geográfica nas regiões mais atingidas, melhoramento dos portos para agilizar os socorros, construção de estrada de ferros para gerar trabalho e agilizar a transportação dos socorros, construções de açudes, esses que foram os mais solicitados ao governo pelas municipalidades, poços artesianos, cisternas, prêmios pecuários, arborização, entre outras medidas de incentivo e de suporte para o desenvolvimento agropecuário da província.<sup>119</sup>

O mercado interno da região terminaria na década de 1870, desestabilizado, não havendo estabilidade nos preços, alta disparidade nas taxações entre norte e sul e a centralização de crédito, além de que a evasão da mão de obra fez com que os produtores perdessem estímulos em suas produções. As lavouras<sup>120</sup> ficaram dependentes das oscilações de preço, ora sujeita às crises transitórias de seca e epidemias, ora com altas compensatórias.<sup>121</sup> Este mercado teria se

---

<sup>118</sup> André Rebouças chegou a solicitar a construção de grandes alambiques para destilar a água do mar. Ver: ALMEIDA, 1980, p. 305.

<sup>119</sup> ALMEIDA, p. 310-311.

<sup>120</sup> Todo o século XIX, [...] viveu em estado de crise crônica de abastecimento e a lavoura nunca cessou de expressar os seus queixumes, se não a pequena lavoura, que está poucas oportunidades tinha de encaminhar seus problemas, pelo menos aquela que se organizava em função de um mercado interno. LINHARES, 1979, p. 158-159.

<sup>121</sup> Ibid. p. 572.

tornando um comércio subsistente que sobreviveu das esmolas creditais concedidas pelo Império, possibilitando a alguns produtores, a partir destes créditos e do trabalho disponibilizado pela mão de obra retirante, salvarem suas economias.

A dinâmica do mercado e da economia brasileira no século XIX era amplamente diversa: uma dinâmica de heterogeneidades produtiva desenvolvia-se para além das dificuldades encontradas pelas sociedades, havendo agentes além dos grandes produtores, mas que estavam ligados às práticas comerciais do Império. Muitos estavam ligados diretamente às produções de lavouras voltadas ao abastecimento e ao mercado interno que mesmo diante das fúnebres crises produziam suas economias, adaptando-as às mais severas secas e epidemias.

[...] foi, entretanto, a partir do abastecimento que se estruturou o comércio interno. [...] não terá, entre seus membros, apenas cafeicultores, senhores de engenhos, usineiros, comissários de café e fazendeiros de gado, mas, também, os comerciantes atacadistas e as grandes casas de comércio do abastecimento, ligados à produção interna, ao transporte e às exigências do capital comercial. Eles também terão seus barões e suas articulações financeiras, como grande peso na vida política do país e na expansão da economia exportadora.<sup>122</sup>

Esses grupos se desenvolveram ao longo do século XIX, e formaram-se e sobreviveram às drásticas calamidades; o capital financeiro foi, sem sombra de dúvidas, um peculiar e importante elemento para estas sobrevivências que garantiu o desenvolvimento das lavouras e sua subsistência.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos a importância das pesquisas acadêmicas, das formações complementares presentes em extensões e de projetos de iniciação científica e iniciação à docência através da Universidade Pública, sendo estes lugares que influem na formação e produção do historiador com o não dito, mas que é sugestivo para o que produzimos.

O século XIX foi o cenário de inúmeros processos que interagiam através de uma linha tênue, que se influenciavam constantemente. É fundamental pensar a sociedade oitocentista brasileira, palco de movimentos ocorridos na política, cultura e na economia, que oferece diálogos aos nossos tempos. Tem, o historiador, o dever de dialogar com este período que é imprescindível para se entender a sociedade brasileira atual e os seus problemas carregados pelo tempo. Em contrapartida ao que o historiador Eric Hobsbawm denominava como a Era da

---

<sup>122</sup> LINHARES, 1979, p. 161.

fumaça e do vapor, o Brasil não chegou a isso em sua totalidade. O Brasil e suas regiões mais abastadas ainda viveriam a era do azorrague e da casa grande.

Com o avanço da acumulação capitalista em forma da industrialização, as colônias foram condicionadas a adotarem modalidades econômicas que suprissem as necessidades do mercado europeu. O Brasil e suas províncias, a partir da *plantation* das grandes produções voltadas a exportações, sofreriam por dependência da procura do mercado externo. Entretanto, diante da necessidade de firmar e estabelecer uma economia própria que suprisse as necessidades do mercado local, a princípio um pouco involuntária, mas que devido aos fluxos de capitais usados para a construção, manutenção e produção, logo desenvolveriam atividades comerciais locais que se abasteceram entre suas economias.

A centralidade do crédito e de capitais não condizia com as produções que eram desenvolvidas, uma vez que todas as províncias do Império detinham de uma vasta e diversificada produção: ora um pouco maiores ora um pouco menores, se equiparadas as grandes produções provenientes dos grandes centros produtores e comerciais. A região do Vale Paraíba detinha de uma concentração muito maior da renda e do capital do Império, todavia isso não impedia outras localidades de produzirem o mesmo produto. Percebemos, por conseguinte, que o café detinha papéis destinos daquele produzido no Vale, e que estava em um mosaico de segmentos no qual se faziam presentes outros produtos como a farinha, milho, feijão, couros, charque, fumo e da pecuária que se voltava para o consumo interno do Império e de suas províncias.

Por meio disto, em outras províncias como a de Pernambuco e Paraíba, havia outras produções e mercados próprios: essas localidades não viviam apenas das grandes produções açucareiras e do algodão. Suas oligarquias formavam-se pelo domínio mercante e comercial, e logo garantia o seu acesso a outros mercados como o próprio mercado escravo.

Outro fator que distinguia a economia das províncias do norte das sul era o climático. O Norte, ao ser acometido por inúmeras crises de seca, agravava as crises sanitárias concomitantemente com as epidemias, construindo um cenário corrosivo. Pode-se citar como exemplo a seca de 1877-79, que atingiu as províncias nortistas e afetou suas produções de lavouras.

O que podemos concluir sobre os problemas encontrados pelas províncias do norte neste período, e que deve ser considerado estudado pelos historiadores, é que a crise da década de 1870 a 1880 foi um problema conjuntural que se encontrava no Brasil e o mundo. Entre secas e lavouras, há uma lacuna que precisa ser levada em conta; um eco do mais além que a permeou e funda os problemas dessas sociedades, que se deparavam com uma crise econômica mundial,



epidemias e pragas.

O estado que se encontrava estas províncias era calamitoso; porém os mercados locais continuavam a produzir através dos créditos concedidos, permitindo às elites acumular ainda mais suas riquezas. Aqueles ricos que produziam em suas lavouras não doavam para a população; era comercializada com o público e ressarcida pelo crédito. Ademais, a ausência da cobrança das dívidas contribuiu para que os produtores poupassem suas fortunas. Uma rede comercial voltada para a produção de abastecimento teria sido o grande ‘negócio da China’ deste período. Com as altas nos gêneros de primeiras necessidades, um mercado especulativo e competitivo se desenvolveu devido a províncias como a do Rio Grande do Sul que exportaram de suas lavouras e criações produtos para o norte. Essas crises beneficiaram, como foi visto, outras regiões.

Ressaltamos a necessidade de se pensar como a economia brasileira no século XIX era muito mais heterogênea, rompendo com a homogeneidade das grandes produções e das oligarquias monopolistas. O próprio norte detinha uma elite política forte e participativa nos interesses nacionais. Seu espaço se deu através de uma construção social e econômica que abrangeu todos os âmbitos produtivos, logo, as hierarquias não se resumiam às “açucarocracias” ou aos barões do café e nem aos grandes grupos produtores de algodão. Mesmo entre estes grupos, e sendo ora algum desses produtos o mais lucrativo de sua produção, não era só dela que eles sobreviveriam; é essa diversificação que deve ser considerada e ainda muito analisada: a formação das fortunas teria suas raízes nutridas dessas dinamicidades negociais.

Salientamos a importância de estudos e pesquisas que tratem de debates como esses, no qual busca-se perceber os fenômenos ditos econômicos não apenas pelas suas tabulações e quadros numéricos; deve-se considerar o diálogo com outros campos e que se entenda a história econômica como problema que precisa de respostas; respostas essas desenvolvidas através das hipóteses e teses levantadas pelo pesquisador ao se deparar com as fontes. Nesse sentido, pudemos pensar através das amostras coletadas um pouco da formação da Paraíba, assentada pela análise conjuntural do período e da sociedade brasileira. Percebemos que a Paraíba detinha de suas próprias tensões e ritmos, possibilitando um entendimento de como essa sociedade interagiu em suas particularidades a frente do cenário nacional e do mundo.

A Paraíba se torna, dentro de suas peculiaridades, um objeto de análise dentro do nosso trabalho, que permitiu desenvolver um estudo ao qual contribuimos para a historiografia desta sociedade e para o conhecimento acadêmico. Todavia, ressaltamos a necessidade de mais estudos e análises que consigam responder questões ainda não alcançadas neste momento e em

outras produções historiográficas sobre o tema.

Aos próximos passos pelos longos corredores e lugares do ofício da historiografia, pretendemos dar continuidade, em breve, às investigações e explorações no campo de análise no qual se deu esta pesquisa e que resultou o presente trabalho.

## REFERÊNCIAS

### Fontes:

BRAZIL, IBGE, Censo Demográfico, 1872. Disponível em:

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477\\_v1\\_br.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf). Acesso em: 29 de ago. de 2021.

LOUREIRO, Antonio José da Silva. Código Mercantil da França. In: \_\_\_\_\_(TRAD.). Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1825, p.7. Disponível em:<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242784>> Acesso em: 9 de ago. de 2021.

A REGENERAÇÃO: Jornal Politico, Litterario, Noticioso e Commercial. Assembleia Provincial. Cidade da Parahyba-PB: ed 28, 14 de agosto de 1861, Sessão 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=817481&pasta=ano%20186&pesq=ca f%C3%A9&pagfis=112>> Acesso em: 22 de jul. de 2021.

O LIBERAL PARAHYBANO: Orgão do Partido Liberal (PB). Cidade da Parahyba-PB: Várias Edições, 1877-1879, Disponível em: < <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 25 de ago. de 2021.

O DESPERTADOR: Jornal Politico, Litterario, Noticiador. Chuvas. Cidade da Parahyba-PB: ed 1149, 25 de Julho de 1877, Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704920&pesq=secca&pasta=ano%20187&pagfis=19>> Acesso em: 25 de ago. de 2021.

A OPINIÃO: A Opinião : Orgão do Partido Liberal (PB). Chuvas. Cidade da Parahyba-PB: ed 1149, 13 de dezembro de 1877, Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705004&pesq=secca&pasta=ano%20187&pagfis=1>> Acesso em: 25 de ago. de 2021.

BRAZIL. MINISTERIO DA FAZENDA. Ministro Gaspar Silveira Martins proposta e relatório do anno de 1877 apresentados a assemblea geral legislativa na 1ª sessão da 17ª legislatura (publica do em 1878) typografia nacional. Disponível em: <[http://ddsnxt.crl.edu/titles/106?terms=secca&item\\_id=1891#?h=secca&c=4&m=56&s=0&cv=1&r=0&xywh=-223%2C1766%2C2614%2C1844](http://ddsnxt.crl.edu/titles/106?terms=secca&item_id=1891#?h=secca&c=4&m=56&s=0&cv=1&r=0&xywh=-223%2C1766%2C2614%2C1844)> acesso em: 22 de ago. de 2021.

COLEÇÕES das Leis Provinciais da Parahyba do Norte na sessão ordinária. Typographia de José Rodrigues da Costa. 1854, p. 29. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1q3AYuDABqcOsZjKK5QPoTJtKWkvC3QW9/view>> Acesso em: 18 de jul. de 2021.

COLEÇÕES das Leis Provinciais da Parahyba do Norte na 2ª sessão ordinária. Typographia dos herdeiros de José Rodrigues da Costa. 1879, p. 18. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1q3AYuDABqcOsZjKK5QPoTJtKWkvC3QW9/view>> Acesso em: 18 de jul. de 2021.

EXPOSIÇÃO, apresentada pelo Exm. Sr. Dr. José Rodrigues Ferreira Junior passou a administração desta Província ao Exm. Sr. Padre Felipe Benicio da Fonseca Galvão 2º Vice-Presidente. 30 de abril de 1880. Disponível em <<http://ddsnxt.crl.edu/titles/178#?c>>

=0&m=77&s=0&cv=1&r=0&xywh=-151%2C443%2C2027%2C1430> Acesso em: 27 de ago. de 2021.

RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo exm. Sr. Barão de Villa-Bella na sessão do 1º de março de 1868. Disponível em:

<<http://ddsnext.crl.edu/titles/180#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-855%2C-143%2C4044%2C2853>> Acesso em: 23 de jul. de 2021.

RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo exm. sr. commendador Henrique Pereira de Lucena abriu a sessão da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco em 1 de março de 1874, p, 61. Disponível em:

<<http://ddsnext.crl.edu/titles/180#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-855%2C-143%2C4044%2C2853>> Acesso em: 24 de jul. de 2021.

RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo exm. sr. dr. Lourenço Cavalcanti de Albuquerque abriu a sessão da Assembléa Provincial de Pernambuco no dia 1 de março de 1880, p.34. Disponível em:

<<http://ddsnext.crl.edu/titles/180#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-855%2C-143%2C4044%2C2853>> Acesso em: 24 de jul. de 2021.

RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo exm, sr. presidente da provincia, desembargador Joaquim José de Oliveira Andrade. 15 de setembro de 1888. Disponível em:

<<http://ddsnext.crl.edu/titles/180#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-855%2C-143%2C4044%2C2853>> Acesso em: 25 de jul. de 2021.

RELATORIO apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo exm. sr. dr. Francisco d'Araujo Lima na abertura da sessão ordinaria de 1863. Disponível em:

<<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1224%2C-139%2C3934%2C2775>> Acesso em: 25 de jul. de 2021.

RELATORIO apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo 1.o vice-presidente, exm. snr. dr. Felisardo Toscano de Britto, em 4 de agosto de 1865, p.7.

Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1224%2C-139%2C3934%2C2775>> Acesso em: 25 de jul. de 2021.

RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo exm, Sr. presidente da província, Dr. Pedro Vicente de Azevedo 2 de março de 1887. Disponível em:

<<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1224%2C-139%2C3934%2C2775>> Acesso em: 25 de jul. de 2021.

RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia da Parahyba do Norte pelo presidente, exm. sr. doutor Esmerino Gomes Parente, na abertura da sessão ordinária em 12 de agosto de 1877. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=71&s=0&cv=58&r=0&xywh=-1012%2C-1%2C3799%2C2680>> Acesso em: 25 de ago. de 2021.

RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia da Parahyba do Norte pelo vice-presidente, exm. sr. doutor Paulino de Figueiredo, na abertura da sessão ordinária em 24 de Abril de 1877. Tipografia, Jornal da Paraíba. Disponível em: <

<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=71&s=0&cv=0&r=0&xywh=->

84%2C654%2C1938%2C1367> Acesso em: 25 de ago. de 2021.

RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia da Parahyba do Norte pelo presidente, exm. sr. doutor Esmerino Gomes Parente, na abertura da sessão ordinária de 1 de março de 1878. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=73&s=0&cv=1&r=0&xywh=-84%2C654%2C1938%2C1367>> Acesso em: 25 de ago. de 2021.

RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia da Parahyba do Norte pelo presidente, exm. sr. doutor Esmerino Gomes Parente, na abertura da sessão ordinária de 1 de março de 1878. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=73&s=0&cv=1&r=0&xywh=-84%2C654%2C1938%2C1367>> Acesso em: 25 de ago. de 2021.

RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia da Parahyba do Norte pelo presidente, exm. sr. doutor Ulysses Machado Pereira Vianna, na abertura da sessão ordinária de 1 de janeiro de 1879. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=75&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1032%2C12%2C3838%2C2707>> Acesso em: 25 de ago. de 2021.

RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia da Parahyba do Norte pelo presidente, exm. sr. doutor Jose Rodrigues Pereira Junior, na abertura da sessão ordinária de 13 de junho de 1879. Typografia Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=76&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1155%2C0%2C3621%2C2554>> Acesso em: 25 de ago. de 2021.

RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo exm. sr. Dr. Ivo Magno Borges da Fonseca abriu a sessão da Assembléa Provincial de Pernambuco no dia 27 de agosto de 1880. Typografia Liberal. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=78&s=0&cv=61&r=0&xywh=-1083%2C-1%2C3972%2C2802>> Acesso em: 25 de ago. de 2021.

RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo exm. sr. Bacharel Antonio Alfredo da Gama e Mello abriu a sessão da Assembléa Provincial de Pernambuco no dia 3 de setembro de 1880. Typografia Liberal, p.25. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=78&s=0&cv=61&r=0&xywh=-1083%2C-1%2C3972%2C2802>> Acesso em: 24 de jul. de 2021.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR., Durval M. de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca no Nordeste. **Revista Brasileira de História**. v. 14, n. 28. São Paulo: ANPUH, p. 111-120, 1995, p.113. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/revistas-anpuh/rbh>>. Acesso em: 22 de ago. de 2021

\_\_\_\_\_. **Falas de Astúcia e de Angústia: A seca no Imaginário Nordestino (1877-1922)**. Dissertação de Mestrado, Campinas, UNICAMP, 1988.

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**. Memórias de um Município. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. João Pessoa: Ed. União, 3ªed., 1980.

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Dívida e Obrigação**: as relações de crédito em Minas Gerais, séculos XIX/XX. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

BETHEL, Leslie. O Brasil no Mundo. In: CARVALHO, José Murilo de. **A Construção Nacional 1830-1889**, v.2. História do Brasil Nação: 1808-2010. Direção Lilia Mortiz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

BLACKBURN, Robin. Por que segunda escravidão?. In: MARQUESE, Rafael.; SALLES, Ricardo (ORG). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**: Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRAUDEL, F. A Longa Duração. in: **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Presença, 1972.

\_\_\_\_\_. Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: Tomo II. **Os jogos da troca**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CAMPOS, José. N. B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Estudos Avançados**, v.28, n.82, 2012, p.65-88. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/i/2014.v28n82/>> Acesso em: 20 de ago. de 2021.

CARDOSO, Ciro Flamarion.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **História econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**: Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FRAGOSO, João. A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790-1820. In: \_\_\_\_\_, BAPTISTA, Maria Fernanda. GOUVÊA, Maria de Fatima. **O antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). RIO DE JANEIRO: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. História Econômica. In: CARDOSO, C. F.: VAINFAS, R. (ORG.). **Domínios da História**: Ensaios de Teoria e Metodologia. 1. ed. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1997.

\_\_\_\_\_. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_. Para que serve a história econômica? Notas sobre história da exclusão social no Brasil. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/295>. Acesso em:

- 14 de maio de 2021. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.29, 2002.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Formação Econômica Da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia Editora, 1969.
- HOBBSBAWM, Eric. **A Era do capital (1848-1975)**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- \_\_\_\_\_. **A Era dos Impérios (1875-1914)**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. RIO DE JANEIRO: Forense, 5ed, 2000.
- KEMP, Tom. **A revolução Industrial na Europa do século XIX**. Lisboa: Edições 70, 1985.
- LACERDA, Antônio Henrique Duarte.; CHRISTILLINO, Cristiano Luís. A agricultura de subsistência em Pernambuco, minas e no rio grande. *In*: BRANDÃO, Tanya Maria Pires.; CHRISTILLINO, Cristiano Luís (orgs). **Nas Bordas da Plantation: Agricultura e pecuária no Brasil Colonial e no Império**. Recife-PE: UFPE, 2014.
- LEMOS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. *In*: GRINBERG, Keila.; SALLES, Ricardo. (orgs) **O Brasil Imperial: 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização, v.3, 2009.
- LIMA FILHO, Henrique Espada R. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LINHARES, Maria Yedda. **História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)**. Brasília: Binagri, 1979.
- LOUREIRO, Antonio José da Silva. Código Mercantil da França. *In*: \_\_\_\_\_(TRAD.). Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1825, p.7. Disponível em:<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242784>> Acesso em: 9 de ago. de 2021.
- MARCONDES, Renato Leite. **Desigualdades regionais brasileiras: comércio marítimo e posse de cativos**. Tese de Livre Docência em Economia, Ribeirão Preto, USP, 2005.
- MARQUESE, Rafael.; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. *In*: GRINBERG, Keila.; SALLES, Ricardo. (orgs) **O Brasil Imperial: 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização, v.2, 2009.
- \_\_\_\_\_; SALLES, Ricardo. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. *In*: \_\_\_\_\_(ORG.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- MATTOSO, Katia Mytilineou Queirós. **Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: HUCITEC. Salvador: Secretária Municipal de Educação e de Cultura, 1978.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império (1870 – 1889)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 5ªed., 1989.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Uma senhora na rua do Imperador: população e transformações urbanas na cidade de São Paulo, 1870-1890. *In*: GRINBERG, Keila.; SALLES, Ricardo. (orgs). **O Brasil Imperial: 1870-1889**. RIO DE JANEIRO: Civilização, v.3, 2009.

PAULA, João Antônio de. O processo econômico. *In*: CARVALHO, José Murilo de. **A Construção Nacional 1830-1889**, v.2. História do Brasil Nação: 1808-2010. Direção Lilia Mortiz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

PRADO, Maria Ligia.; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. SP: Contexto, 2014.

REBOUÇAS, André. **As secas nas províncias do Norte**. Rio de Janeiro: Tipografia G. Leuzinger e Filhos. 1877.

RODRIGUES, Serioja Cordeiro Mariano. **Gente opulenta e de boa linhagem**: família, política e relações de poder na Paraíba. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

SECRETO, María Verónica. A seca de 1877-1879 no Império do Brasil: dos ensinamentos do senador Pompeu aos de André Rebouças: trabalhadores e mercado. **História, Ciências, Saúde** - Manguinhos, Rio de Janeiro. v.27, n.1, p.33-51, 2020, p.36. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/ynZxC9TkBJS5GdCnjKXmGKd/?lang=pt>> Acesso em: 23 de jul. de 2021.

SEGAL, Myraí Araújo. **Espaços de autonomia e negociação**: a atuação dos deputados provinciais paraibanos no cenário político imperial. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil:1500-1820**. Brasília: Senado Federal, v. 34, 2005.

TOMICH, Dale W. **Pelo Prisma da Escravidão**: Trabalho, Capital e Economia Mundial. SP: Edusp, 2011.